

# Educação é um Direito:

A experiência do projeto Territórios em Rede em Cariacica

**Cariacica**

Espírito Santo

Territórios  
em **Rede**





Territórios em Rede

Territórios em Rede

Territórios em Rede

Territórios em Rede





# Educação é um Direito:

A experiência do projeto Territórios em Rede em Cariacica

**Cariacica**  
Espírito Santo  
2026

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiros Institucionais:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Educação



# Ficha Técnica

## FUNDAÇÃO VALE

Flávia Constant  
**Diretora Presidente**

Andreia Andrade  
**Diretora Executiva**

### Equipe

Fernanda Fingerl  
Maykell Costa

Willman Miranda  
Alice Natalizi  
Andreia Prestes

Bruno Maciel  
Fabio Macedo

Ivan Carlos Bosio  
Juliana Rosa Bahia  
Lara Narde

Samera Luzia Alves Adaes

## CIDADE ESCOLA APRENDIZ

### Direção Colegiada

Paula Patrone, Roberta Tasselli e  
Raiana Ribeiro

Paula Patrone  
**Diretora Institucional**

Raiana Ribeiro  
**Diretora de Programas**

Roberta Tasselli  
**Diretora de Comunicação para o Desenvolvimento**

Maira da Costa  
**Coordenadora de Programas**

Eliana Sousa Silva  
**Consultora Metodológica**

Gisele Martins  
**Gestora Estratégica de Campo**

Dalcio Marinho  
**Gestor Estratégico de Produção de Conhecimento,  
Monitoramento e Avaliação**

Ana Paula Santana Rodrigues  
**Gestora Executiva**

Bianca Cambiaghi  
**Gestora de Monitoramento e Avaliação**

Filipe Mendonça  
**Gestor de Monitoramento e Avaliação**

Isys Remião  
**Gestora de Comunicação**

Cintia Soares  
**Gestora Geral de Campo**

Roberta Verneque  
**Gestora de Polo**

Sabrina Bairros  
**Analista de Comunicação**

Fernando Nascimento  
**Assistente Monitoramento e Avaliação**

Cristiane Aparecida de Oliveira  
Verônica Nascimento  
Yasmin Mancini  
**Assistente de Projeto**

## **Equipe Territórios em Rede Cariacica**

Debora Freire Vieira  
**Gestora Local**

Sarah Candido Matias  
**Supervisora Local**

Ester dos Santos Freitas  
Fabiana Serafim  
Gabriella Ferreira Mazioli  
Mirelly Karla Goulart  
Mirna Amélia de Oliveira  
Luciana Cruz Carneiro  
Thiago Monteiro Pinto  
Vilmara Milagre de Souza  
**Articulação Local**

## **Evidências e Sistematização**

Miriam Krenzinger  
**Consultora**

Natália Guindani  
**Coordenação**

Ana Paula Santana Rodrigues  
Dalcio Marinho  
Gisele Martins  
Raiana Ribeiro  
Roberta Tasselli  
**Revisão técnica**

Gláucia Cavalcante  
Gustavo Abumrad  
**Projeto Gráfico**

Monica Campos Ramos Martha  
**Diagramação**

Elizete Munhoz Ribeiro  
**Revisão de textos**

Isys Remião  
Daniele Moura  
Ana Paula Santana Rodrigues  
Raiana Ribeiro  
Roberta Tasselli  
**Revisão Final**



Este material está licenciado sob a  
Licença Creative Commons Atribuição  
4.0 Internacional (CC BY 4.0).

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Educação é um Direito: [livro eletrônico] : a  
experiência do projeto territórios em rede em  
Cariacica. -- 1. ed. -- São Paulo : Associação  
Cidade Escola Aprendiz, 2026.

PDF

Vários colaboradores.

ISBN 978-85-64569-47-8

1. Cariacica (ES) - Aspectos sociais 2. Direito  
à educação 3. Educação - Finalidades e objetivos  
4. Inclusão escolar.

26-346345.0

CDU-342:37.014.1

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito à educação : Direito fundamental social :  
Direito 342:37.014.1

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

# Sumário

- 11 1. Apresentação**
- 17 2. Territórios em Rede: Fundamentos e Metodologia**
  - 19 2.1 Base Conceitual**
  - 27 2.2 Marco legal e Político**
  - 29 2.3 Metodologia do projeto**
- 35 3. Implementação do projeto em Cariacica**
  - 35 3.1 Estruturação do projeto**
  - 38 3.2 Diagnóstico Socioterritorial – Produção de Conhecimento**
- 57 4. Articulação Intersetorial e Busca Ativa escolar**
  - 58 4.1 Visitas institucionais, parcerias e mapeamento de rede**
  - 61 4.2 Comitê Gestor Intersetorial (CGI)**
  - 65 4.3 Reuniões Bilaterais e Descentralizadas**
  - 73 4.4 Estratégias de Busca Ativa escolar**
- 89 5. Produção de Conhecimento, Monitoramento e Avaliação**
  - 89 5.1 Produção de conhecimento**
  - 92 5.2 Proteção de dados**
  - 93 5.3 Monitoramento da frequência escolar e avaliação de resultados**
  - 95 5.4. Produção e Sistematização de Dados**
- 99 6. Formação em Serviço para Agentes Públicos**
- 103 7. Comunicação Comunitária e Mobilização Social**
  - 105 7.1 Recursos de acessibilidade comunicacional**
  - 106 7.2 Redes Sociais e Transmissão via *WhatsApp***
  - 108 7.3 Campanha de Matrículas Escolares**
  - 109 7.4 Comunicação em Ação**
  - 116 7.5 Sistematização e produção audiovisual**
- 121 8. Cenários da Exclusão Escolar: Análise dos casos ilustrativos**
- 125 9. Resultados do projeto em Cariacica**
- 129 10. Transição e Continuidade: Caminhos para a Institucionalização de Política Pública de Prevenção e Enfrentamento da Exclusão Escolar no município**
  - 130 10.1 Eixo operacional (sustentabilidade e monitoramento dos dados)**
  - 131 10.2 Eixo intersetorial (incidência e política)**
  - 133 10.3 Encontros para formação em serviço de agentes públicos**
  - 134 10.4 Legados do Territórios em Rede e recomendações**



Foto: Ademir Ribeiro, 2023

# 1. Apresentação

## Fundação Vale

A Fundação Vale, criada há mais de 50 anos, tem a missão de contribuir para o desenvolvimento social dos territórios onde a empresa Vale atua. Por meio do fortalecimento de políticas públicas e da atuação conjunta com instituições parceiras, soma esforços para transformar a realidade dos públicos atendidos pelos seus programas.

A atuação da Fundação Vale se estrutura a partir de um conjunto de projetos que compartilham princípios, metodologias e objetivos voltados ao desenvolvimento territorial sustentável e à melhoria das condições de vida das populações onde atua. Nesse contexto, a integração entre os projetos **Trilhos da Alfabetização, Territórios em Rede e Ciclo Saúde Proteção Social** representa um exercício de articulação e sustentabilidade, com foco na complementaridade das ações e no fortalecimento das políticas públicas locais.

Cada um desses projetos responde a desafios específicos dos territórios. O exercício de atuação articulada entre eles busca potencializar resultados e ampliar impactos, a partir da integração de agendas, compartilhamento de diagnósticos e ações conjuntas. Essa articulação permite que iniciativas voltadas a diferentes agendas sociais — alfabetização, combate à exclusão escolar e fortalecimento da atenção básica em saúde e da proteção social — se conectem de forma estratégica, respondendo de maneira mais integrada às demandas das comunidades e fortalecendo o tecido institucional dos territórios.

Essa integração expressa uma visão sistêmica da atuação social da Fundação Vale, orientada pelo entendimento de que o desenvolvimento territorial exige abordagens intersetoriais, cooperação entre atores e valorização dos saberes

locais. Além disso, essa abordagem amplia a capacidade de transformação social, promovendo territórios mais resilientes e sustentáveis.

Atualmente, a Fundação Vale desenvolve atividades principalmente em cinco estados – Pará, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – e conta com uma rede de parceiros institucionais, executores e investidores para potencializar seu trabalho nos campos de Educação, Saúde, Assistência Social e Geração de Renda.

Fazem parte dessa rede as secretarias municipais, instituições e empresas privadas e públicas, além de organizações do terceiro setor com experiência em políticas públicas, como a Cidade Escola Aprendiz, entre outras.

## Cidade Escola Aprendiz

A Cidade Escola Aprendiz é uma organização da sociedade civil que defende o Direito à Educação a partir de uma visão sistêmica, que reconhece:

- a Educação Integral como um direito de todas as crianças, adolescentes e jovens e como concepção orientadora das políticas educacionais;
- o Território Educativo como locus de aprendizagem, proteção e desenvolvimento integral;
- e a Proteção Integral, juntamente com a garantia dos demais direitos sociais, como condição fundamental para a superação das desigualdades e violações que impactam a vida de crianças, adolescentes e suas famílias no Brasil.

Atuando na agenda de enfrentamento da exclusão escolar desde 2013, a Cidade Escola Aprendiz é responsável pela inserção de cerca de 50 mil crianças e

## Territórios em Rede

Este material nasce a partir da experiência acumulada no projeto, que desenvolveu e consolidou tecnologias sociais voltadas para a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar em territórios com realidades sociais, econômicas e culturais distintas, localizados em quatro estados onde a Fundação Vale mantém atuação (Pará, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro).



adolescentes na escola – dos quais em torno de 20 mil, no âmbito do projeto **Territórios em Rede**.

A proposta está diretamente alinhada aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da Agenda 2030, com destaque para o **ODS 4 – Educação de Qualidade**, em especial às metas:

- **Meta 4.1:** garantir, até 2030, que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
- **Meta 4.5:** eliminar as disparidades de gênero na Educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de ensino para pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo crianças em situação de pobreza, populações rurais, povos indígenas e crianças e/ou adolescentes com deficiência.

O Territórios em Rede se conecta diretamente aos objetivos, metas e estratégias do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024<sup>1</sup>, apresentado pelo Poder Executivo, que visa aprovar o **Plano Nacional de Educação (PNE)**, com destaque para:

- **Objetivo 4:** Assegurar que crianças, adolescentes e jovens em idade escolar obrigatória concluam o ensino fundamental e o ensino médio na idade

<sup>1</sup> A redação do objetivo e das estratégias mencionadas corresponde ao Substitutivo A nº 1, do Projeto de Lei nº 2.614/2024 4, do Poder Executivo, que “aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024–2034” (PL 2.614/2024). Este texto foi aprovado na Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação 2024–2034, em 10 de dezembro de 2025. No momento do lançamento desta publicação, o projeto seguia em tramitação no Congresso Nacional, podendo sofrer alterações até sua aprovação.

regular, em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.

- **Estratégia 4.10.** Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, entre outros, implementando políticas públicas intersetoriais, mediante a integração entre os sistemas de informação educacionais e sociais, com compartilhamento de dados entre as diferentes esferas de governo.
- **Estratégia 4.12.** Implementar, em articulação intersetorial, políticas de prevenção à evasão e ao abandono escolar, motivados por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, dentro e fora da escola, com a criação de redes de proteção que incluam famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.
- **Estratégia 5.20.** Promover a articulação das políticas e dos programas de educação, de âmbito local e nacional, com saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, e demais instituições do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), de modo a possibilitar a criação de rede de apoio integral aos estudantes e às suas famílias.

Ao contribuir para o cumprimento dos PNEs (2014–2024; 2024–2034<sup>2</sup>), o Território em Rede atua não apenas como um programa de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar, mas também como um catalisador de políticas públicas integradas, capazes de reduzir desigualdades educacionais e sociais.

O percurso metodológico desta experiência decorre de um conjunto de ações e estratégias que envolve: Busca Ativa escolar, acompanhamento familiar, mobilização e comunicação comunitárias, formação de agentes públicos em serviço, monitoramento sistemático da frequência escolar, acompanhamento e encaminhamento intersetorial de casos, participação estudantil, gestão das condicionalidades da Educação no programa Bolsa Família e uso de dados do Censo Escolar para

---

2 Ainda em tramitação, no momento do lançamento desta publicação.

planejar ações preventivas. Esta abordagem permite compreender e enfrentar as causas da exclusão escolar, garantindo respostas rápidas, integradas e sustentáveis.

Por meio da articulação intersetorial, visa-se à integração dos setores da Saúde, Assistência Social e Educação tanto na Rede de Proteção quanto ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Este esforço interligado oferece apoio fundamental na elaboração da Política de Prevenção e Enfrentamento da Exclusão Escolar.

Ao longo dessa trajetória, mais de dois mil gestores públicos e 100 articuladores de campo estiveram diretamente envolvidos na implementação e no aprimoramento da metodologia descrita neste material. Estruturado em torno de estratégias metodológicas que vão além da simples descrição de ações pontuais, o conteúdo a seguir sistematiza as aprendizagens e evidências alcançadas pelo Territórios em Rede – de forma didática, prática e replicável, oferecendo subsídios para que outros territórios possam adaptar e desenvolver respostas ao desafio da exclusão escolar para seus contextos.

Longe de oferecer um modelo único ou um roteiro fechado, o que apresentamos aqui constitui-se como ferramentas de apoio, organizadas a partir de experiências reais, que valorizaram os territórios e saberes existentes e reforçam uma abordagem sistêmica do Direito à Educação.

Agradecimentos especiais a cada família identificada, a cada profissional da rede do município, à equipe gestora e local do projeto e a todos os parceiros pela colaboração ao longo dos anos de implementação deste trabalho. Cada participante dessa rede foi fundamental para que os resultados aqui apresentados fossem possíveis. Desejamos que o município continue avançando na prevenção e no enfrentamento da exclusão escolar e fortaleça o compromisso com a proteção e o desenvolvimento integral de suas crianças e de seus adolescentes.

**Equipe Fundação Vale e Cidade Escola Aprendiz**





Foto: Ademir Ribeiro, 2023

## 2. Territórios em Rede: Fundamentos e Metodologia

Territórios em Rede é uma iniciativa da **Fundação Vale**, em parceria com a **Cidade Escola Aprendiz** e 19 prefeituras de quatro estados brasileiros, com o objetivo de identificar e enfrentar a exclusão escolar. O projeto busca localizar crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que estão fora da escola ou em risco de evasão e desenvolver ações a fim de garantir seu ingresso e sua permanência, assegurando o pleno Direito à Educação. A partir do foco na Educação, o projeto realiza um diagnóstico sobre os desafios do desenvolvimento local e promove a articulação entre setores governamentais e não governamentais, para fortalecer políticas públicas e ações intersetoriais em diferentes áreas, considerando a exclusão escolar como um fenômeno multifatorial e a Educação como um Direito indissociável de todos os outros direitos.

Com início de suas atividades em 2020, durante a pandemia da covid-19, nos municípios da Serra (ES) e Marabá (PA), o Territórios em Rede expandiu-se, nos anos seguintes, para outros 17 municípios nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Pará e Rio de Janeiro.

- Para saber mais sobre os
- resultados e iniciativas,
- acompanhe o site do projeto:
- [www.territoriosemrede.org.br](http://www.territoriosemrede.org.br)



Bom Jesus do Tocantins

Marabá

Parauapebas

Tucumã

Ourilândia do Norte

Eldorado do Carajás

Canaã dos Carajás

Tumiritinga

Governador Valadares

Rio Piracicaba

Santa Bárbara

Catas Altas

Conselheiro Pena

Resplendor

Aimorés

Serra

Cariacica

Itaguaí

Mangaratiba

**Municípios de atuação do  
Territórios em Rede**

## 2.1 Base conceitual

### 2.1.1 Educação Integral como Direito Humano

Compreender a Educação como um Direito Humano significa ir além de garantir matrícula e frequência escolar. É reconhecer que a Educação se sustenta em um conjunto de direitos fundamentais que cria as condições para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Estes direitos são fortalecidos pela equidade, pela justiça social e pelo compromisso coletivo de assegurar que cada pessoa possa se desenvolver plenamente em suas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural. Crianças e adolescentes não são apenas estudantes; são sujeitos singulares, com histórias, culturas, identidades e modos próprios de aprender e participar do mundo. Por isso, cabe à escola acolher a diversidade, valorizar saberes e trajetórias, e construir práticas pedagógicas que estimulem percursos de aprendizagem conectados ao pleno potencial humano de cada estudante.

O Territórios em Rede parte da Educação Integral<sup>3</sup> como uma concepção que coloca a criança e o adolescente no centro do processo educativo e reconhece que aprender se dá em múltiplos tempos, espaços e relações. As *Diretrizes de Educação Integral Antirracista para o Ensino Fundamental: uma contribuição da sociedade civil*<sup>4</sup> reforçam que não há desenvolvimento integral sem equidade racial, uma vez que o racismo, o sexismo e as desigualdades territoriais estruturam historicamente as trajetórias escolares no Brasil. Por isso, uma Educação Integral comprometida com a equidade precisa reconhecer e enfrentar o racismo institucional e estrutural, valorizando as identidades, as práticas culturais e os saberes que emergem dos territórios.

---

<sup>3</sup> CIDADE ESCOLA APRENDIZ. *Desenvolvimento integral*. Centro de Referências em Educação Integral, 2024. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/glossario/desenvolvimento-integral/>.

<sup>4</sup> CIDADE ESCOLA APRENDIZ. *Diretrizes de Educação Integral Antirracista para o Ensino Fundamental: uma contribuição da sociedade civil*. São Paulo: Centro de Referências em Educação Integral, 2024. Disponível em: [https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2025/06/DIGITAL\\_diretrizes-EIA\\_2025-06-24.pdf](https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2025/06/DIGITAL_diretrizes-EIA_2025-06-24.pdf)

Neste sentido, a escola deve se abrir ao território onde está inserida, dialogar com a comunidade e articular-se com políticas públicas de Cultura, Esporte, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, Habitação, Meio Ambiente e Justiça, compondo ecossistemas educativos interdependentes. O território, entendido como espaço educativo vivo, é fonte de experiências culturais, afetivas, ancestrais e sociais que se entrelaçam e produzem aprendizagens significativas, capazes de ampliar oportunidades e fortalecer o pertencimento.

A articulação entre escola, território e políticas públicas cria redes territoriais de proteção social, capazes de apoiar crianças e adolescentes diante das vulnerabilizações que impactam seu acesso, permanência e sucesso escolar. Assim, a Educação Integral não se restringe a um tempo ampliado na escola, mas é um projeto de sociedade enraizado em solo fértil de direitos e de equidade que busca garantir o Direito à Educação em sua dimensão mais ampla – conectando saberes, fortalecendo vínculos comunitários e promovendo o desenvolvimento integral de cada sujeito.



### **O que é Educação Integral Antirracista?**

“A Educação Integral Antirracista é uma concepção educacional que considera as identidades, as diferenças e as diversidades, as práticas culturais e a interação de grupos e pessoas, os múltiplos saberes e a relação com o meio e o território como partes fundamentais que orientam as ações para promover a aprendizagem e o desenvolvimento integral das pessoas, ou seja, a Educação Integral Antirracista é uma educação contextualizada, democrática, significativa e emancipatória”  
(CIDADE ESCOLA APRENDIZ, 2024, p.12)<sup>5</sup>

<sup>5</sup> CIDADE ESCOLA APRENDIZ. *Diretrizes de Educação Integral Antirracista para o Ensino Fundamental: uma contribuição da sociedade civil*. São Paulo: Centro de Referências em Educação Integral, 2024. Disponível em: [https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2025/06/DIGITAL\\_diretrizes-EIA\\_2025-06-24.pdf](https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2025/06/DIGITAL_diretrizes-EIA_2025-06-24.pdf)

## Racismo estrutural: raízes históricas e caminhos possíveis

O racismo estrutural marcou profundamente a constituição do sistema educacional brasileiro. Durante a escravidão, pessoas negras foram proibidas de acessar a Educação formal, mesmo após a abolição, o Estado manteve políticas e práticas que negligenciaram a escolarização da população negra, perpetuando currículos eurocentrados e ambientes excludentes.

Pesquisas como as de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2018) mostram que a escola brasileira nunca foi neutra: foi construída sobre práticas que naturalizam desigualdades raciais e reforçam hierarquias sociais. Isso se expressa em currículos que invisibilizam culturas afro-brasileiras e indígenas, na sub-representação de professores negros, nas punições disciplinares mais severas e nas baixas expectativas sobre o desempenho de estudantes negros. Avanços legais, como a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, e a Lei nº 11.645/2008, que incluiu História e Cultura Indígena nas escolas, representaram marcos fundamentais. No entanto, sua implementação ainda é desigual e enfrenta resistências culturais e institucionais.



## 2.1.2 Condições de educabilidade: conceito e implicações

Conforme destaca Néstor López (2002)<sup>6</sup>, a Educabilidade não é uma característica natural ou inata da criança, mas “um potencial que se realiza quando a sociedade cria condições sociais, culturais, institucionais e pedagógicas que tornam possível e significativo aprender.”

Este entendimento desloca a ideia de que algumas crianças “não aprendem” por limitações próprias, e chama a atenção para a necessidade de preparar a conjuntura onde o aprendizado possa se concretizar.

Estas condições costumam ser analisadas em dois grandes grupos:

**Fatores internos à escola:** qualidade do ensino, currículo contextualizado, práticas pedagógicas inclusivas e culturalmente responsivas, ambiente seguro e acolhedor, apoio pedagógico e psicossocial, formação continuada de professores e gestão escolar comprometida com a diversidade e a equidade.

**Fatores externos à escola:** condições de vida das famílias (renda, moradia, jornada de trabalho dos responsáveis, tempo disponível para apoiar a vida escolar), acesso a políticas públicas (Saúde, Alimentação, Transporte, Assistência Social), segurança no território, proteção contra violências e oportunidades culturais.

Observar a educabilidade de forma integrada pode ajudar gestores, educadores e redes de proteção social a compreenderem que a escola não opera isoladamente e que a permanência dos estudantes depende tanto do que acontece dentro dela quanto do contexto socioterritorial.

---

<sup>6</sup> LÓPEZ, Néstor. *Las condiciones de educabilidad de los niños y adolescentes en América Latina*, UNESCO, 2002. Disponível: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371338>

## Panorama da Exclusão Escolar no Brasil na implementação do Territórios em Rede

Durante a pandemia de covid-19, no período de início da implementação do projeto, em novembro de 2020, mais de 5 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos ficaram sem acesso à educação formal, estando fora da escola ou sem atividades escolares. Mais de 40% desse público era de crianças de 6 a 10 anos, faixa etária que antes da pandemia tinha quase universalizado o seu acesso à escola. A população dessa faixa etária que vivia em áreas rurais das regiões Norte e Nordeste do país foi a mais atingida pela exclusão escolar durante a emergência sanitária que atingiu o país.

Fonte: UNICEF, 2021<sup>7</sup>

Em nível nacional, a pandemia de Covid-19 agravou o risco de exclusão escolar, afetando, principalmente, crianças e adolescentes que já enfrentavam dificuldades na Educação. O ensino remoto adotado durante a pandemia carecia de acesso a ferramentas digitais, como aparelhos eletrônicos e internet, além de apoio de preceptoria, o que não era vivenciado da mesma forma por crianças e adolescentes, segundo a região do país, faixa etária, classe social, gênero e cor/raça. Isso ampliou as já existentes desigualdades de acesso e permanência na escola, além da aprendizagem dos estudantes.

Fonte: Soares, Bock e Marques, 2023<sup>8</sup>

**7** FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Cenário da Exclusão escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da covid-19 na Educação. Brasília: UNICEF, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil>

**8** SOARES, J. R.; BOCK, A. M. B.; MARQUES, E. de S. A. Impactos da pandemia da covid-19 na educação básica: a questão do fracasso escolar. Educação. Santa Maria, Santa Maria, v. 48, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/85155>



Foto: Ademir Ribeiro, 2023

### 2.1.3 Exclusão Escolar: contextos e desafios

Apesar dos avanços do século XXI, como a universalização do Ensino Fundamental e a obrigatoriedade da Educação dos 4 aos 17 anos garantida pela Emenda Constitucional nº 59/2009, o país segue enfrentando desafios estruturais. Crises recentes, econômicas, ambientais e sanitárias ampliaram a exclusão escolar em diversas regiões, afetando com mais intensidade os territórios vulnerabilizados.

A exclusão escolar é um processo gradativo e multifatorial, que se inicia com a falta de acesso a vagas e de políticas de permanência e de fortalecimento dos vínculos com o processo de aprendizagem. Geralmente, manifesta-se pela infrequência às aulas e pela ausência de condições adequadas de Educabilidade – como infraestrutura precária, falta de apoio pedagógico, barreiras de acesso e contextos familiares e sociais adversos. Esse percurso envolve dificuldades de permanência e falta de estímulo para o aprendizado, associadas a experiências de fracasso escolar, como repetências sucessivas, desmotivação e perda de vínculo com a comunidade escolar. Com o tempo, essas condições fragilizam o vínculo entre a e o estudante e a escola, elevando o risco de desvinculação e, eventualmente, de saída definitiva do sistema educacional.

## Diferença entre exclusão, abandono e evasão escolar

Segundo a pesquisadora Júlia Ventura (2021)<sup>9</sup> e a experiência do Projeto Aluno Presente (2017)<sup>10</sup>, é fundamental distinguir estes termos para agir corretamente:

- **Exclusão escolar:** conceito amplo, que descreve todo o processo de afastamento de estudantes da vida escolar, desde os primeiros sinais (infrequência, baixo engajamento, falta de apoio) até sua saída definitiva.
- **Crianças e adolescentes que não possuem acesso à unidade escolar:** crianças e adolescentes que nunca frequentaram e/ou não frequentarão a escola, a menos que lhes seja dado o acesso.
- **Infrequência escolar:** situação em que a criança ou adolescente está matriculado, mas apresenta faltas regulares ou longos períodos de ausência, sem desligamento formal. Muitas vezes é o primeiro sinal de risco de exclusão.  
Exemplo: estudante que compareceu apenas alguns dias por mês devido a problemas de transporte ou saúde.
- **Abandono escolar:** quando a pessoa interrompe a frequência durante o ano letivo.  
Exemplo: adolescente que deixa de ir à escola após violência doméstica ou gravidez precoce.
- **Evasão escolar:** ocorre quando a criança ou adolescente que frequentou a escola em determinado ano letivo, não retorna no ano seguinte.  
Exemplo: jovem que saiu da escola aos 14 anos para trabalhar e não se rematriculou no novo ano letivo.

<sup>9</sup> VENTURA, J. Educação é um direito; uma sociologia da exclusão escola na cidade do Rio de Janeiro. disponível: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/>

<sup>10</sup> KRENZINGER, M.; SILVA, E. S. Criança e Adolescente Fora da Escola <https://www.alunopresente.org.br/>

Territórios  
em Rede





Você conhece crianças ou  
adolescentes de **Cariacica**  
que não estão estudando?


Envie uma mensagem que o projeto  
Territórios em Rede pode te ajudar!

WhatsApp:  
**(27) 99768-2340**

Siga nosso projeto  
nas redes sociais:

 /projetoterritoriosemrede

 @territoriosemrede

 www.territoriosemrede.org.br

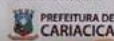
Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Institucional:



## 2.2 Marco Legal e Político

- Constituição Federal de 1988 (art. 208, inciso I, com redação dada pela Emenda 59/2009): Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade.
- Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 1990: marco legal que instaura a proteção integral de crianças e adolescentes, reconhecendo-os como sujeitos de direitos. A lei assegura a prioridade absoluta na efetivação de seus direitos fundamentais, sendo dever da família, da sociedade e do Estado garantir proteções.
- Lei nº 9.394/1996 (LDB): detalha os princípios e a estrutura da educação formal no Brasil.



## Educação Integral em Tempo Integral

### Prioridade para crianças e adolescentes em exclusão escolar.

A ampliação do tempo de permanência na escola é um instrumento essencial para garantir o direito à Educação Integral, especialmente para crianças e adolescentes em risco ou em situação de exclusão escolar. Conforme estabelece a Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), a Meta 6 determina “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica”.

Em consonância a essa diretriz, o Ministério da Educação instituiu, em 2023, a *Política Nacional de Educação em Tempo Integral*, com o objetivo de apoiar técnica e financeiramente os entes federados na ampliação da jornada escolar e na oferta de experiências formativas integradas, equitativas e contextualizadas. A política reforça a importância de priorizar o atendimento de estudantes em situação de vulnerabilização, reconhecendo que a ampliação do tempo deve estar associada à melhoria da qualidade da aprendizagem e à promoção da equidade.

O tempo integral, portanto, não se resume à ampliação da jornada diária, mas à ampliação de oportunidades educativas, culturais e sociais que dialogam com as realidades e interesses dos estudantes. Sua efetividade depende de planejamento intersetorial, participação comunitária e integração com políticas de Assistência Social, Saúde, Cultura, Esporte e Direitos Humanos.

Mais do que uma meta quantitativa, a Educação Integral em Tempo Integral é uma estratégia de justiça social que contribui diretamente para prevenir a exclusão escolar ao garantir mais tempo, mais experiências e mais proteção, proporcionando que a escola seja cada vez mais um espaço de pertencimento, reconstrução de trajetórias e afirmação do direito de aprender de todas e todos.



## 2.3 Metodologia do projeto

A metodologia do projeto se desenvolve a partir de uma perspectiva participativa e intersetorial, articulando a atuação direta nos territórios aos processos formativos, de mobilização social e de sistematização de aprendizagens. Desde o início, o envolvimento dos municípios é marcada pela pactuação com gestores públicos e Secretarias locais, garantindo o alinhamento conceitual e a criação de Comitês Gestores Intersetoriais – espaços que se tornam o núcleo de governança da política de prevenção e enfrentamento à exclusão escolar. Esta estrutura favorece a corresponsabilidade entre Educação, Assistência Social, Saúde e outras áreas, fortalecendo uma cultura de cooperação entre Estado e sociedade civil, para o enfrentamento das causas estruturais da exclusão escolar.

Ao longo da execução, a metodologia aposta na participação social como eixo transversal. A comunicação comunitária, a mobilização social e a escuta das famílias e estudantes permitem que as ações de Busca Ativa escolar sejam conduzidas com base no conhecimento local e na confiança construída com as comunidades. As formações em serviço, realizadas com gestores, conselheiros e técnicos, ampliam as capacidades institucionais e consolidam fluxos permanentes de proteção social e educacional. Este processo é continuamente acompanhado por ferramentas de produção, monitoramento e registro de casos, o que possibilita a produção de dados qualificados e análises que orientam tanto as práticas quanto a tomada de decisão pública.

Por fim, a sistematização das experiências ocupa um papel estratégico de reflexão e incidência política. A análise dos resultados, a produção de publicações técnicas e a realização de seminários municipais tornam-se instrumentos para compartilhar aprendizados e fortalecer a institucionalização da política pública no território, dando sustentabilidade às ações, mesmo após o fim do projeto. Desta forma, a metodologia não apenas enfrenta a exclusão escolar de maneira imediata, mas também contribui para a consolidação de políticas públicas sustentáveis, participativas e baseadas em evidências, transformando a experiência local em referência para o desenvolvimento territorial e o fortalecimento do Direito à Educação.



Foto: Acervo do projeto, fevereiro 2025

### 2.3.1 Objetivos centrais

- Identificar crianças e adolescentes de 4 a 17 anos de idade que estão fora da escola ou em risco de evasão, promovendo ações intersetoriais que garantam a sua inserção na escola e a efetivação do Direito à Educação.
- Apoiar a criação e o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais, visando garantir a sustentabilidade das ações de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar.

### 2.3.2 Ações Estruturantes para implementação do projeto

1. **Estruturação e planejamento:** formação das equipes e planejamento das ações locais.
2. **Diagnóstico socioterritorial:** levantamento de dados e informações sobre o município, considerando aspectos educacionais, sociais e econômicos.
3. **Articulação intersetorial:** mobilização de diferentes Secretarias e setores para a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar, com a criação de Comitê Gestor Intersetorial como instância permanente de governança local.
4. **Busca Ativa e articulação territorial:** realização de visitas domiciliares e contatos telefônicos para identificar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão, mobilizando agentes públicos, organizações sociais e equipamentos comunitários.
5. **Monitoramento de dados:** cadastro e acompanhamento dos casos em sistema próprio, com registro de informações socioeconômicas das crianças, adolescentes e famílias atendidas, possibilitando o monitoramento contínuo dos resultados.
6. **Formação em serviço:** capacitação continuada de agentes públicos e representantes da sociedade civil, visando à incorporação da metodologia Territórios em Rede nas práticas cotidianas.

7. **Comunicação comunitária e mobilização social:** desenvolvimento de estratégias de comunicação e engajamento a fim de sensibilizar a população e fortalecer a participação social na prevenção e enfrentamento da exclusão escolar.
8. **Sistematização e incidência em políticas públicas:** registro das metodologias, de resultados e aprendizagens do projeto, contribuindo para a formulação, o aperfeiçoamento e a institucionalização de políticas públicas locais, consolidando o legado de incidência política do projeto no município.

### 2.3.3 Abordagem territorial e intersetorialidade

O projeto reconhece o território como elemento central de atuação das políticas educacionais, a partir de quatro princípios:

1. **Contexto:** o território expressa identidades, cultura e condições de vida. Projetos pedagógicos devem refletir esta realidade.
2. **Participação:** gestão democrática com envolvimento real de famílias e comunidade.
3. **Conhecimento:** aproveitar saberes já construídos no município, recursos e experiências locais, para enriquecer o aprendizado.
4. **Articulação Intersetorial:** integrar Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte e Lazer com o objetivo de garantir condições de aprendizagem.

#### **Redes territoriais de proteção**

**Informais:** coletivos e organizações comunitárias articuladas em causas comuns.

**Formais:** redes de proteção social e políticas públicas intersetoriais, com sistemas de informação integrados e comitês multidisciplinares.

A escola é parte ativa das redes, apoiando o protagonismo de crianças e adolescentes e incentivando a transformação social.

## 2.3.4 Intersetorialidade no projeto Territórios em Rede

A articulação contínua e colaborativa entre diferentes setores da gestão pública, equipamentos sociais e sociedade civil para garantir o Direito à Educação e a proteção integral de crianças e adolescentes significa unir esforços de escolas, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Unidades Básicas de Saúde (UBS), Conselhos Tutelares e outros serviços, compartilhando informações, planejando ações conjuntas e acompanhando famílias de forma integrada e recorrente.

Esta prática amplia a incidência e fornece subsídios na construção de políticas públicas de prevenção da exclusão escolar, fortalecendo redes locais, e busca transformar ações pontuais em políticas intersetoriais permanentes, mesmo diante de desafios ligados a resistências institucionais e à rotatividade de agentes.

A atuação em rede, envolvendo famílias, comunidade, Poder Público e organizações locais, é central para efetivar políticas intersetoriais de prevenção da exclusão escolar, fortalecer o desenvolvimento comunitário sustentável e garantir o Direito à Educação para crianças e adolescentes.





RESPEITAR

ACOLHER

APOIAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA  
**EMEF VALDICI A**  
BA



Territórios  
em Rede

Você conhece crianças ou  
adolescentes de Cariacica  
que não estão estudando?

Envie uma mensagem que o projeto  
Territórios em Rede pode te ajudar!

WhatsApp:  
**(27) 99768-2340**

Siga nosso projeto  
nas redes sociais:




-  @projetoemrede
-  @projetoemrede
-  www.territoriosemrede.org.br

Foto: Ademir Ribeiro, 2023

## 3. Implementação do projeto em Cariacica

Cariacica, município do Espírito Santo situado na Região Metropolitana da Grande Vitória, foi oficialmente emancipado em 30 de dezembro de 1890, tornando-se independente, após ter sido distrito e vila vinculados à capital. Com uma área de, aproximadamente, 280 km<sup>2</sup>, localiza-se a cerca de 15 km de Vitória e faz divisa com Vila Velha, Serra, Viana, Santa Leopoldina e Domingos Martins.

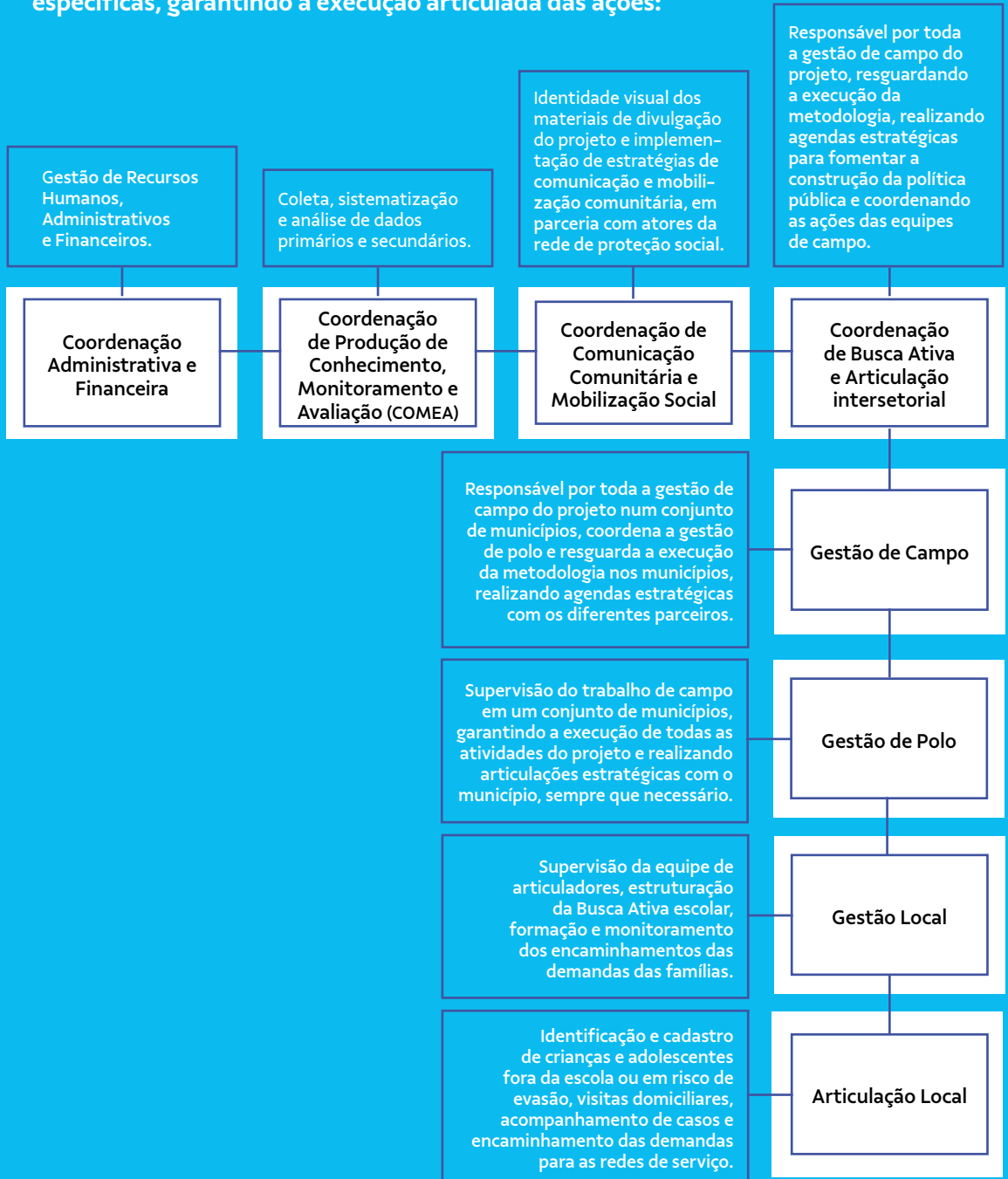
Em 2022, o município possuía 353.491 habitantes, com 99% residindo em áreas urbanas (IBGE, Censo Demográfico). Em 2025, a população estimada de Cariacica é de 376.200 habitantes (IBGE, Estimativas da População).

Sua localização estratégica entre o litoral e a região serrana do estado faz de Cariacica um importante polo regional, atravessado por ferrovias como a Estrada de Ferro Vitória a Minas e a Estrada de Ferro Leopoldina, e das rodovias BR-262 e BR-101. Além disso, a cidade integra a Microrregião de Planejamento Metropolitano, que reúne sete municípios da Grande Vitória, com o objetivo de promover a integração intersetorial, fomentar o desenvolvimento econômico e social regional e articular as ações do setor público.

### 3.1 Estruturação do projeto

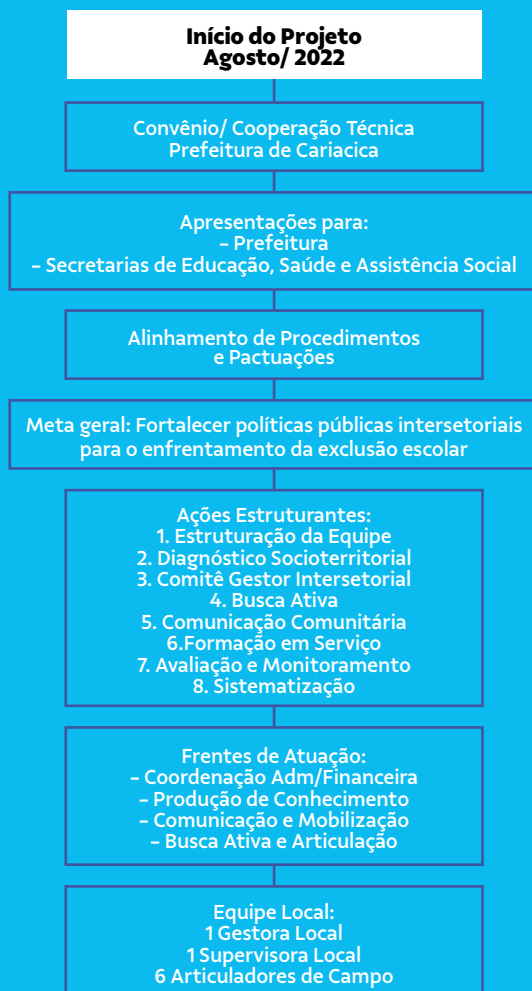
Em novembro de 2022, o Territórios em Rede iniciou suas atividades em Cariacica, município limítrofe ao da Serra, que implementou o projeto em 2020 (e até 2023), a partir da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com a Prefeitura. Nessa etapa inicial, a Fundação Vale e a equipe gestora do projeto realizaram apresentações para a Prefeitura e as Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social, com o objetivo de alinhar procedimentos, pactuar responsabilidades e estabelecer as bases para a implementação da metodologia.

O trabalho em Cariacica foi estruturado por meio de frentes específicas, garantindo a execução articulada das ações:



Em Cariacica, a equipe local foi composta por:

- **1 gestora local**
- **1 supervisora de campo local**
- **6 articuladores de campo**, todos residentes no município e com conhecimento aprofundado do território e dos serviços públicos locais, a partir de experiências profissionais nas áreas de Assistência Social, Saúde e/ou Educação.



## 3.2 Diagnóstico Socioterritorial – Produção de Conhecimento

O Diagnóstico Socioterritorial é o instrumento que permite compreender, de maneira aprofundada, o território onde se quer agir: identificar barreiras à educação, reconhecer potencialidades locais, ouvir quem vive a realidade escolar e mapear recursos que podem fortalecer as redes de proteção.

Para garantir o alinhamento da metodologia à realidade local, a equipe coordenadora da área de Produção de Conhecimento, Monitoramento e Avaliação (COMEA) realizou um levantamento em bases de dados secundárias, buscando informações que subsidiassem a elaboração de um Painel de Indicadores, para apresentar um panorama sobre a situação da exclusão escolar no município.

A partir desse Painel, foi elaborado um Diagnóstico Socioterritorial, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos do território, além de auxiliar a análise do contexto das famílias em processo de exclusão escolar e oferecer uma base para a compreensão do desenvolvimento humano no território. Tanto o Painel inicial quanto o Diagnóstico mais detalhado possibilitaram o cruzamento de dados e a visão integrada dos desafios, para garantir o Direito à Educação no município.

### 3.2.1 Finalidade do Painel de Indicadores e Diagnóstico Socioterritorial

- Investigação abrangente de uma localidade/região para compreender:
  - Dinâmicas sociais, econômicas, políticas, educacionais e culturais.
  - Potencialidades e necessidades da população.
- Mapeamento de dados intersetoriais da realidade.
- Subsídios para planejamento, execução e avaliação de políticas públicas, especialmente no enfrentamento da exclusão escolar.



## 3.2.2 Caminhos percorridos

- Leitura e interpretação do contexto local com base em:
  - Indicadores sociais, educacionais e econômicos, como evasão escolar, taxas de rendimento escolar, distorção idade-série, pobreza, trabalho infantil, violências e acesso a serviços públicos.
  - Dados de órgãos públicos (exemplo: IBGE, Inep) e pesquisas dos dados secundários sobre o município.
- Construção de um painel de indicadores municipais com:
  - Análise longitudinal (séries históricas recentes).
  - Análise integrada (relação entre dados e eventos educacionais e sociais).
- Seleção de indicadores sensíveis a mudanças ou preditores da exclusão escolar.
- Identificação não só de problemas, mas de potencialidades e de recursos endógenos que podem ser ampliados.
- Complementação com saberes locais (gestores, educadores e comunidade), garantindo integração de referenciais e ampliando a reflexão sobre estratégias de prevenção.

## 3.2.3 Informações e indicadores utilizados

### a) Contexto socioeconômico e demográfico

- Distribuição da população por faixa etária, composição racial e renda domiciliar média (Censo Demográfico/IBGE).
- Crescimento populacional e impacto no atendimento escolar.
- Dados do Programa Bolsa Família sobre frequência escolar dos beneficiários, como parte das condicionalidades educacionais.

**b) Perfil educacional e escolarização**

- Número de matrículas por:
  - Ano e etapa escolar;
  - Rede de ensino (pública/privada);
  - Localização da escola;
  - Oferta de tempo integral.
- Perfil dos estudantes: sexo, faixa etária e cor ou raça.
- Frequência escolar, com desagregação por idade, sexo e cor ou raça.
- Taxas de rendimento escolar (Censo Escolar/Inep).
- Taxa de distorção idade-série.

A análise de indicadores de diversas áreas é essencial para compreender o contexto social, identificar desigualdades e avaliar o funcionamento do sistema educacional. Ao integrar informações de múltiplas dimensões, o diagnóstico se torna uma ferramenta estratégica para o planejamento qualificado e preciso, com vistas à implementação de ações eficazes de combate à exclusão escolar. Por exemplo:

- Os dados demográficos podem revelar como o crescimento populacional e a migração impactam a demanda por vagas escolares.
- As informações sobre cor e raça permitem identificar o viés racial na exclusão escolar, orientando ações voltadas para a equidade e melhoria das relações étnico-raciais.
- Os dados da Matrícula Inicial do Censo Escolar evidenciam o perfil dos estudantes, o número de matrículas e a oferta de tempo integral. A análise detalhada permite avaliar a efetividade do sistema e planejar a oferta de vagas de forma mais assertiva.



Foto: Ademir Ribeiro, 2023

### 3.2.4 Síntese das Informações Socioeconômicas e Demográficas de Cariacica (Diagnóstico Socioterritorial)

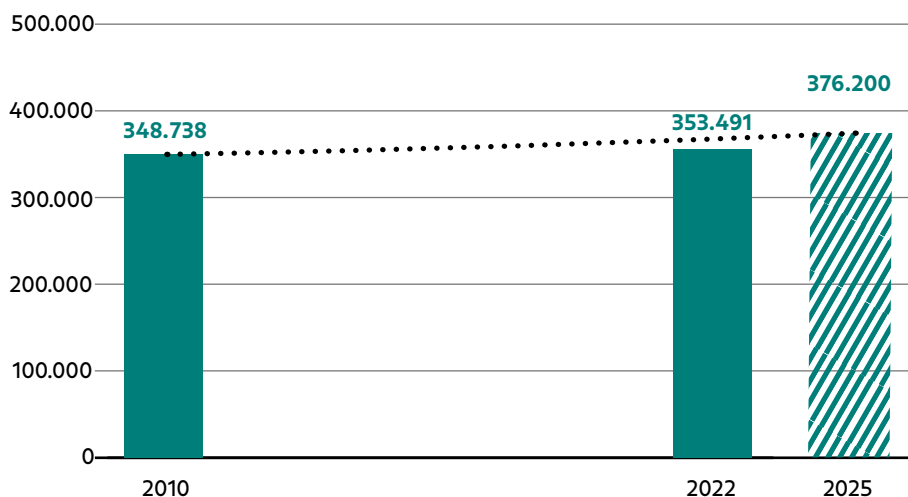
O diagnóstico socioterritorial contou com a análise dos dados demográficos e educacionais de Cariacica, alguns a partir do ano 2000. Sua primeira apresentação foi por meio de painéis com indicadores do município, em janeiro de 2023, no Comitê Gestor Intersetorial de Cariacica, com a presença de gestores e técnicos das secretarias de Educação, de Saúde e de Assistência Social e demais integrantes do Comitê constituído no município.

A seguir, destacam-se os principais dados do diagnóstico atualizados até 2024:

## Demografia e População infantojuvenil

- Cariacica passou de 348.738 habitantes, em 2010, para 353.491 habitantes, em 2022, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE.
- População estimada para 1º de julho de 2025: 376.200 habitantes, conforme o IBGE.
- Cariacica é o terceiro município mais populoso do Espírito Santo e está na 74ª posição do ranking nacional, conforme o Censo Demográfico 2022.

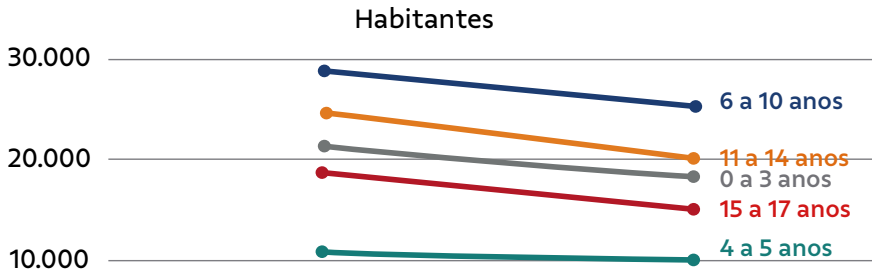
Tamanho da população residente nos censos de 2010 e 2022 e estimativa de 2025



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010, 2022 e 2025.

A população infantojuvenil (de 0 a 17 anos) apresentou redução em todas as faixas etárias escolares entre 2010 e 2022, com reflexo na desaceleração do crescimento demográfico.

## População por faixa etária, em 2010 e 2022

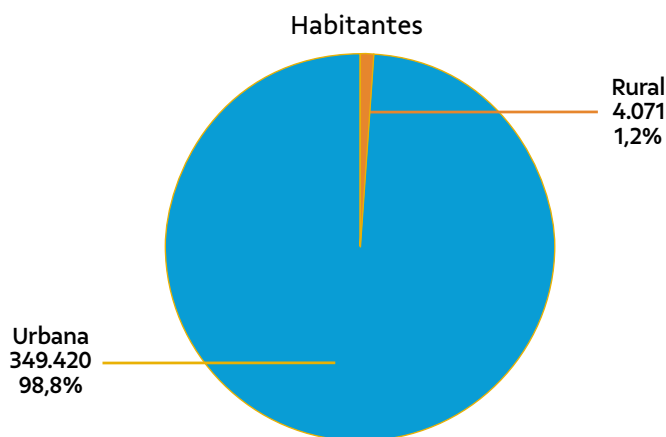


	ano 2010	ano 2022
0 a 3 anos	21.049	17.961
4 e 5 anos	10.552	9.825
6 a 10 anos	28.918	25.553
11 a 14 anos	24.418	19.769
15 a 17 anos	18.561	14.860

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010 e 2022.

- A população de Cariacica é essencialmente urbana. Somente 1,2% dos habitantes do município estavam em situação de moradia rural no ano de 2022.

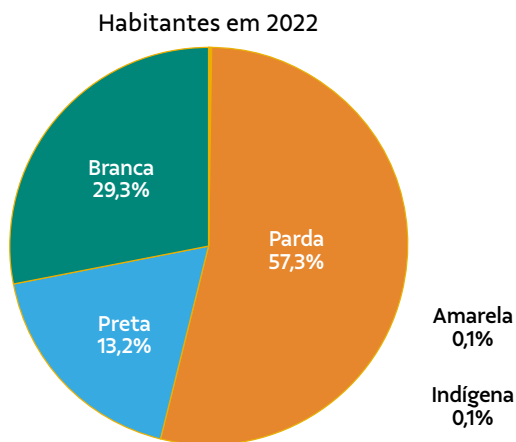
## População residente, por situação do domicílio, em 2022



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2022

- A população de Cariacica é majoritariamente parda.
- 70,5% é a soma dos habitantes que se declararam de cor parda ou preta no Censo Demográfico de 2022.

### Composição relativa da população por cor ou raça, em 2022



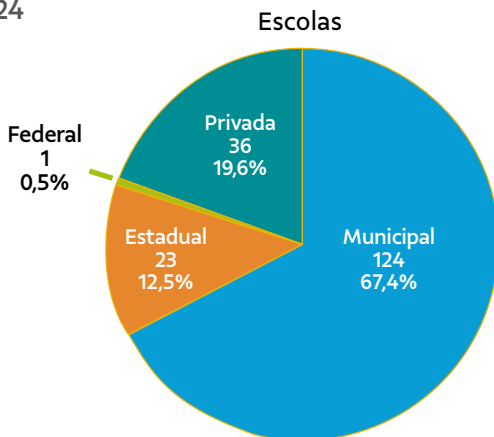
Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2022.

## Educação

### a) Escolas de Educação Básica

- Há 184 escolas de Educação Básica em Cariacica. São 124 da rede municipal, 23 da rede estadual, 1 federal e 36 privadas.

### Número de escolas de Educação Básica, por dependência administrativa, em 2024

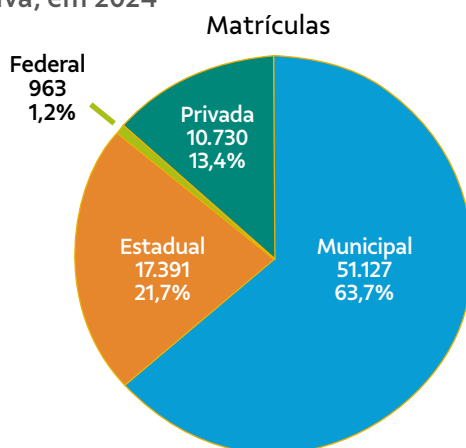


Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica, 2024.

## b) Matrículas na Educação Básica por rede e etapa

- Em 2024, havia 80.211 matrículas na Educação Básica. Dois terços delas (63,7%) foi ofertada pela rede municipal. A rede estadual, presente no Ensino Fundamental e EJA, além do Ensino Médio, respondeu por 21,7% das matrículas.

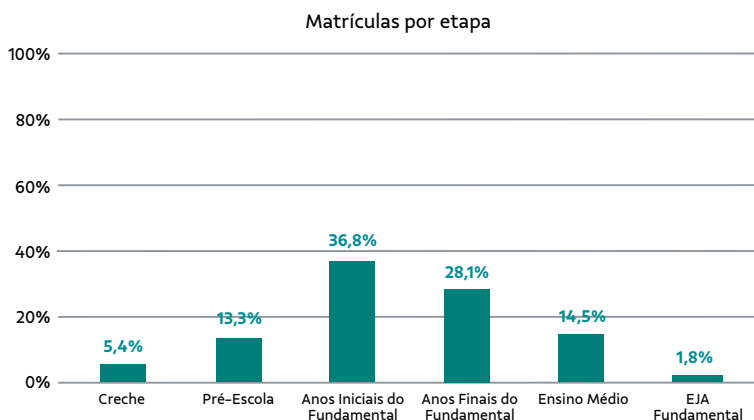
Número de matrículas de Educação Básica, por dependência administrativa, em 2024



Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica, 2024.

- Da creche ao Ensino Médio, incluindo a EJA de Ensino Fundamental, havia 77.035 matrículas em 2024. O Gráfico a seguir mostra a distribuição por etapa escolar.

Número de matrículas da creche ao Ensino Médio e EJA Fundamental, por etapa de ensino, em 2024



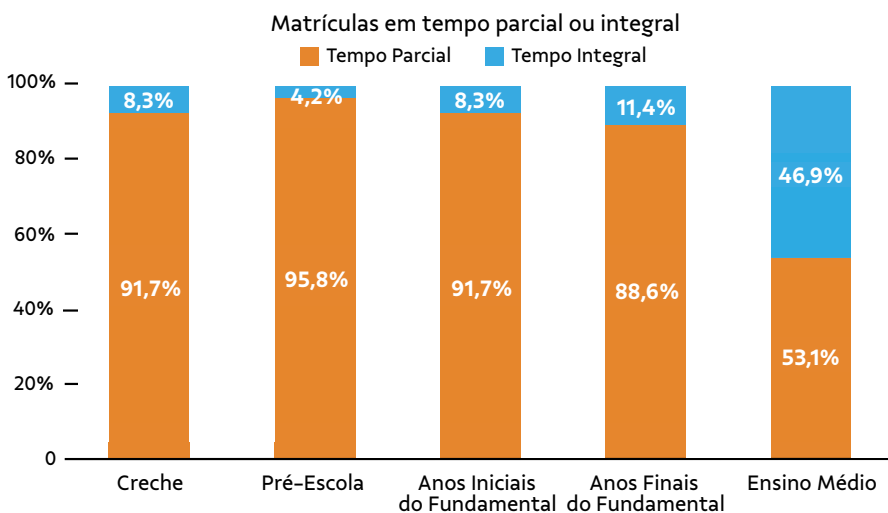
Nota: Somente as etapas recomendadas para a população de 0 a 17 anos, por isso, a EJA de Ensino Médio não está incluída.

Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica, 2024.

### c) Matrículas por oferta de tempo parcial ou integral

- Em 2024, Cariacica teve 8,3% de suas matrículas da creche ofertadas em tempo integral. Na pré-escola, apenas 4,2% foram ofertadas assim.
- No Ensino Fundamental também houve pouca adesão ao tempo integral: 8,3% nos anos iniciais e 11,4% nos anos finais.
- No Ensino Médio, 46,9% das matrículas tiveram carga horária de, no mínimo, 35 horas semanais.

Matrículas na Educação Básica, por oferta de tempo parcial ou integral, em 2024



Nota 1: Tempo parcial corresponde a menos de 35 horas semanais – em média, menos de 7 horas por dia – de escolarização presencial. Não são contadas as horas ofertadas no ensino semipresencial ou a distância (EAD).

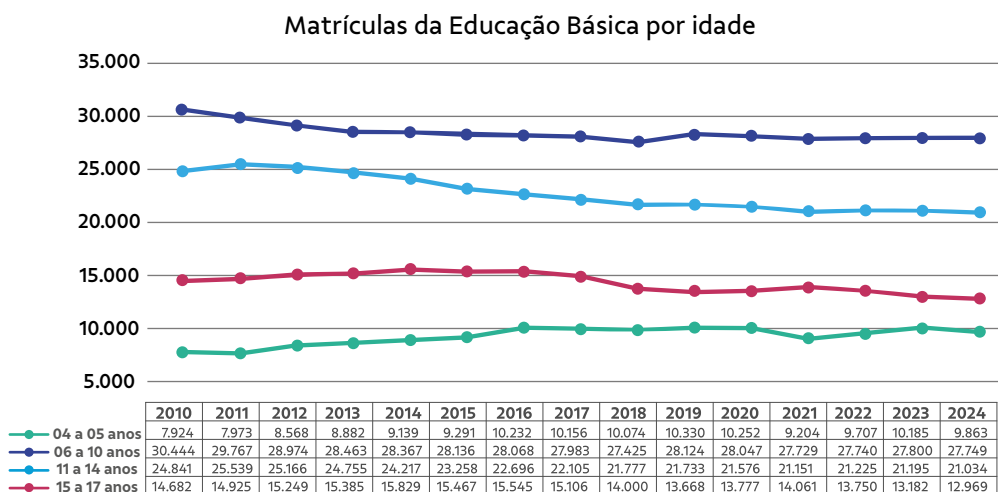
Nota 2: Tempo integral corresponde ao mínimo de 35 horas semanais – em média, 7 horas por dia – de escolarização presencial. Podem ser somados o tempo de permanência semanal em turmas de atividade complementar, de atendimento educacional especializado e em turmas exclusivas de itinerário formativo, inclusive, em outra rede.

Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica, 2024.

#### d) Matrículas por faixa etária

- O número de matrículas de estudantes de 4 a 17 anos de idade recuou 8,1% entre 2010 e 2024. Isso ocorreu em decorrência da queda da fecundidade, já refletida na redução da população juvenil de Cariacica.
- A única faixa etária que teve um incremento de matrículas entre 2020 e 2024 foi a de 4 e 5 anos (24,5%), o que sugere um expressivo aumento do atendimento na pré-escola.

Matrículas na Educação Básica de estudantes com idade de 4 a 17 anos, por faixa etária, de 2010 a 2024

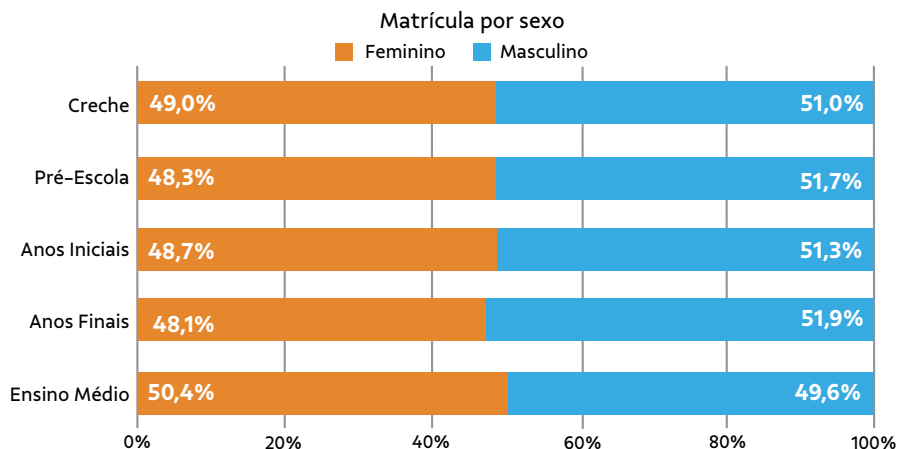


Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica, 2010 a 2024.

#### e) Matrículas por sexo

- A configuração de Cariacica mostra o predomínio dos meninos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. No entanto, as meninas passam a ser a maioria no Ensino Médio. Esse padrão evidencia um ingresso, em média, mais tardio das meninas e a evasão escolar mais precoce dos meninos, a partir da adolescência.

### Percentual de matrículas na Educação Básica por sexo, em 2024

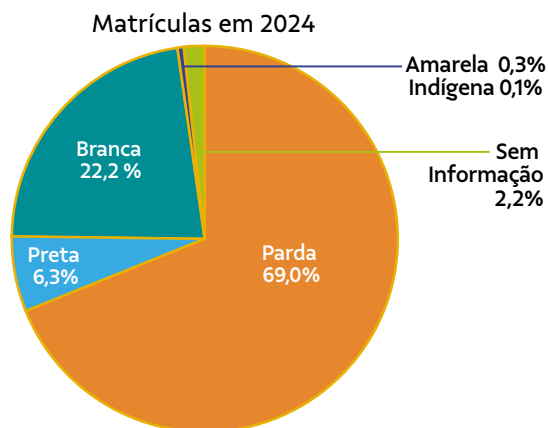


Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica, 2024.

### f) Diversidade racial e étnica nas matrículas

- As crianças e adolescentes pardas e pretas predominam nas escolas de Educação Básica de Cariacica. A razão de três em cada quatro matrículas é próxima, mas levemente superior, à composição da população registrada no Censo Demográfico.
- Destaca-se o baixo percentual de matrículas sem a informação de cor ou raça, o que é um feito bastante positivo.

### Percentual de matrículas na Educação Básica por cor ou raça, em 2024



Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica, 2024.

### **g) Indicador Criança Alfabetizada (ICA)**

O Indicador Criança Alfabetizada (ICA) mostra o percentual de estudantes matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental que alcançaram o padrão nacional de alfabetização estabelecido pela pesquisa Alfabetiza Brasil. O indicador é calculado com base nos resultados de avaliações produzidas pelas redes estaduais de ensino, complementares ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Segundo o Inep, o objetivo do ICA é permitir o monitoramento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

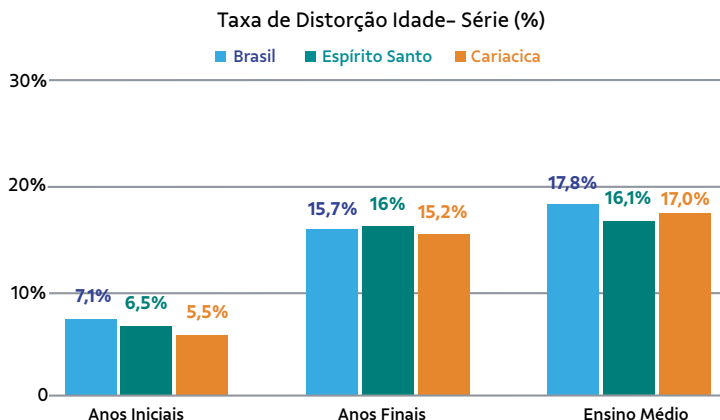
Em 2024, 64,6% das e dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental da rede pública municipal de Cariacica foram considerados alfabetizados. Esse percentual representa um avanço em relação a 2023, quando 57,2% estavam alfabetizados, conforme o ICA. Sendo assim, o município subiu do nível 2 para o nível 3, em uma escala de 0 a 5 baseada em metas gradativas para estados e municípios, cuja finalidade é ter todas as crianças alfabetizadas até 2030.

### **h) Taxa de Distorção idade-série**

A Taxa de Distorção Idade-série (TDI) é o indicador que expressa o percentual de alunos com idade que seja dois anos ou mais acima da recomendada para a série escolar em que estão matriculados. A TDI em Cariacica vem diminuindo em todas as etapas, porém, com uma trajetória mais acentuada após a pandemia de Covid-19.

A TDI em Cariacica vem diminuindo em todas as etapas. Essa redução pode estar refletindo avanços na aprendizagem e no acompanhamento das turmas. Entretanto, é preciso considerar que essas taxas também podem aumentar à medida que crianças e adolescentes anteriormente em situação de exclusão escolar passam a ser matriculados e acompanhados pelo sistema.

### Taxa de Distorção Idade-Série (%) por etapa, em 2024 – Brasil, Espírito Santo e Cariacica



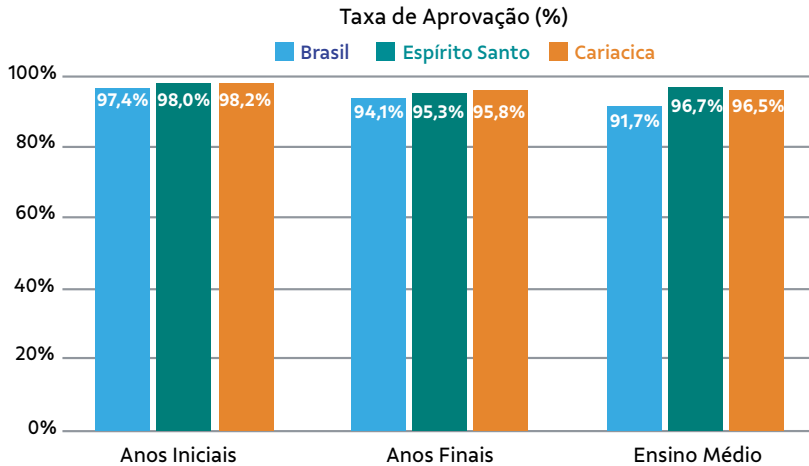
Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica, 2024.

Para contribuir de forma consistente para a diminuição da distorção, é essencial aperfeiçoar as transições entre as redes municipal e estadual, garantindo continuidade pedagógica e suporte nas passagens de etapa. Além disso, recomenda-se ampliar ações voltadas à retenção e ao fortalecimento dos vínculos no Ensino Médio, assegurando o acompanhamento necessário para que os estudantes permaneçam e progridam em suas trajetórias escolares.

#### i) Taxa de Aprovação

- Em 2024, as taxas de aprovação em Cariacica foram semelhantes às médias estaduais nas três etapas de ensino: anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.
- As taxas de aprovação de Cariacica e do estado do Espírito Santo em 2024 foram maiores que as médias nacionais.

## Taxa de Aprovação (%) por etapa, em 2024 – Brasil, Espírito Santo e Cariacica

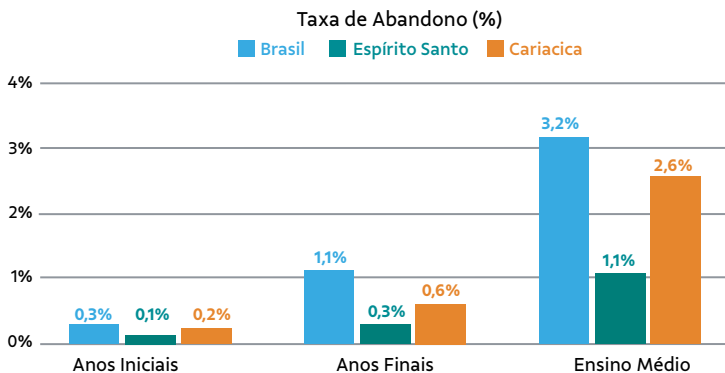


Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica, 2024.

## j) Taxa de Abandono

- Em 2024, as taxas de abandono de Cariacica ficaram entre a média estadual e a nacional nas três etapas: anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.
- No Ensino Médio, o percentual de abandono foi mais próximo da média nacional que da média estadual.

## Taxa de Abandono (%) por etapa, em 2024 – Brasil, Espírito Santo e Cariacica

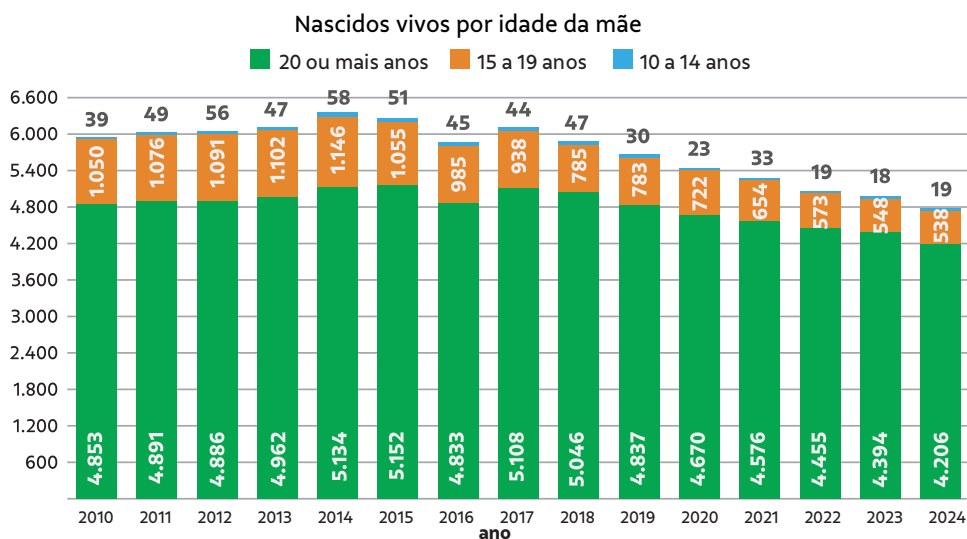


Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica, 2024.

## l) Gravidez precoce

- A maternidade na adolescência apresenta tendência de redução desde 2018, reflexo do melhor acesso à Saúde e políticas públicas.

Nascidos Vivos segundo a idade da mãe, de 2010 a 2024 – Cariacica



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos(Sinasc).

## Trabalho Infantil e Condições Sociais

- Famílias em situação de pobreza (outubro/2025): 81.128 famílias inscritas no CadÚnico, sendo 41% em situação de pobreza e 21% em situação de baixa renda.
- Beneficiários do Programa Bolsa Família (outubro/2025): 34.611 famílias, sendo 83% em situação de pobreza e 17% em situação de baixa renda. São beneficiárias um total de 91.179 pessoas.
- Trabalho infantil entre as famílias cadastradas no CadÚnico e beneficiárias do PBF:

Em setembro de 2025, eram 7 crianças, de 5 famílias, inscritas no CadÚnico, em situação de trabalho infantil. Um ano antes, em setembro de 2024, eram 22 crianças, de 19 famílias, inscritas no CadÚnico, em situação de trabalho infantil.

Em setembro de 2025, eram 5 crianças, de 3 famílias, beneficiárias do Bolsa Família, em situação de trabalho infantil. Um ano antes, em setembro de 2024, eram 20 crianças, de 17 famílias, beneficiárias do Bolsa Família, em situação de trabalho infantil.

---

- **Acesse o**
- **Diagnóstico**
- **Socioterritorial do**
- **município:**
- 



### 3.2.5 Relevância dos dados para estratégias locais

As informações dos dados secundários e indicadores sociais utilizados na construção do Painel e Diagnóstico Socioterritorial de Cariacica ofereceram uma visão abrangente do contexto, permitindo análises mais aprofundadas sobre a situação educacional e social da população.

Como a exclusão escolar é um problema complexo e multifacetado, o uso de indicadores sociais amplos ajuda a promover a articulação intersetorial. Ao identificar as conexões com outras áreas, como Assistência Social e Saúde, o município pode fomentar a colaboração entre diferentes Secretarias, criando soluções mais integradas e eficazes para lidar com as causas da exclusão escolar.

O monitoramento contínuo dos dados é crucial para avaliar o impacto das políticas públicas de médio e longo prazos. O acompanhamento de indicadores, como o cumprimento das condicionalidades de Educação do Programa Bolsa Família, taxa de matrícula, frequência e abandono, torna possível verificar se as estratégias implementadas estão gerando resultados positivos. Caso os indicadores demonstrem que uma política não está atingindo os resultados esperados, o município pode fazer ajustes estratégicos e otimizar recursos, antes que o problema se agrave, em um ciclo contínuo de planejamento e melhoria. Além disso, a prática promove transparência e responsabilização, pois os dados podem ser utilizados pela sociedade civil para acompanhar e cobrar resultados da gestão pública.

Neste sentido, o monitoramento de indicadores sociais é uma ferramenta estratégica essencial, pois apoia os municípios na tomada de decisões, permitindo qualificar as ações, garantindo que políticas públicas de combate à exclusão escolar contribuam, de fato, para a transformação da realidade, e assegurem o Direito à Educação de todas as crianças e os adolescentes.



**“Tivemos um avanço muito grande na precisão de dados. Hoje, nós temos uma planilha que nos dá, em tempo real, todas as informações que precisamos para pensar em soluções para as crianças que estão em risco de evasão escolar. A partir destes dados que obtivemos, nós já fizemos uma pequena reestruturação de rede e estamos conseguindo movimentar a rede de forma mais eficaz e mais assertiva.”**

*– Melina Carminati, coordenadora da Busca Ativa escolar da SEME de Cariacica*





Foto: Ademir Ribeiro, 2023

## 4. Articulação Intersetorial e Busca Ativa escolar

Uma vez que a iniciativa tem como eixo a garantia de acesso, a permanência e a conclusão da Educação Básica, fortalecendo o vínculo de estudantes e famílias com as unidades escolares, a articulação da rede de proteção social local existente no município tornou-se condição essencial para efetivar o retorno às escolas e investir na prevenção do risco crescente de exclusão escolar.

Para o início da implementação do projeto em Cariacica e ao longo de todo o processo, a equipe de analistas de território, da Fundação Vale, facilitou a interação com autoridades locais, fornecendo apoio relevante para a estruturação das ações na localidade. No município, a articulação intersetorial começou a ser tecida a partir da parceria com as secretarias municipais de Educação, Assistência Social e Saúde.

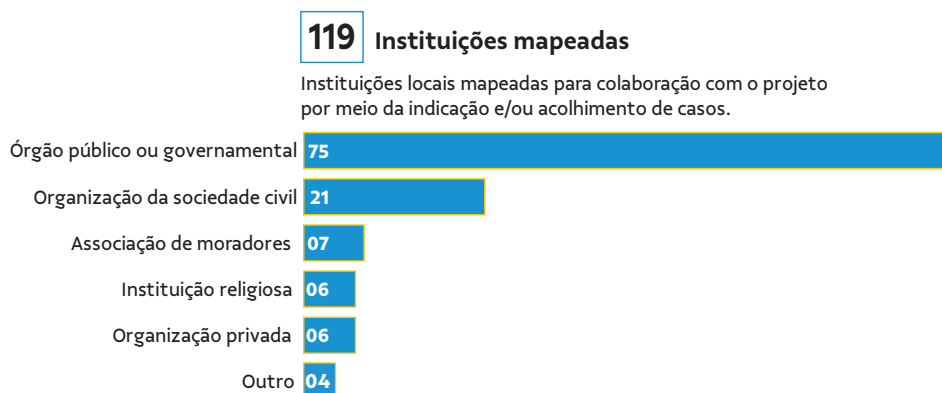
No âmbito da **estratégia da Busca Ativa escolar**, parte central da metodologia do projeto, a equipe local passou a atuar em parceria direta com o **Setor de Busca Ativa Municipal (BAM)**, previamente implementado, sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação (SEME), em 2022. Com o apoio do Setor da Busca Ativa Municipal, se iniciaram as articulações necessárias para o andamento do projeto junto à Secretaria e a outros parceiros da rede.

## 4.1 Visitas institucionais, parcerias e mapeamento de rede

Com o aval das secretarias, a equipe gestora iniciou o trabalho de articulação e diálogo, acompanhando as equipes de campo na linha de frente e promovendo visitas a entidades civis e órgãos governamentais do município, para apresentar o Territórios em Rede, formar articulações e definir fluxos importantes para identificação de crianças e adolescentes fora da escola ou em situação de infrequência escolar.

O início do trabalho de campo se deu com o **mapeamento de instituições públicas e organizações sociais** existentes nos diferentes territórios do município, conforme previsto pela metodologia do projeto. Com o objetivo de reconhecer instituições e apresentar o trabalho realizado pelo projeto, as visitas foram fundamentais para a pactuação dos fluxos de trabalho. Nessa fase, foram identificados e envolvidos distintos atores nos territórios, como associações de moradores, entidades privadas, líderes comunitários, ONGs e órgãos públicos. Esse esforço resultou na mobilização e ampliação de parcerias essenciais para o enfrentamento da exclusão escolar no município.

### Total de instituições mapeadas



\*Dados acumulados em todo o período do projeto.

## Unidades escolares apoiadas



**99%** Unidades escolares apoiadas

- Com visita presencial realizada pela equipe local do TR
- Com alguma criança fora da escola ou em risco de evasão mapeada
- Com alguma criança do projeto matriculada ou reinserida
- Com algum profissional de educação formado

■ Escolas públicas  
■ Escolas públicas apoiadas

\*Dados acumulados em todo o período do projeto.

## Primeiras aproximações em Cariacica:

- Mapeamento de instituições e serviços disponíveis, voltados para o atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias, feito pelos articuladores locais;
- Apresentação dos objetivos e estrutura do Territórios em Rede para cada instituição visitada;
- Contato com as escolas do território para apresentação do projeto e alinhamento nos fluxos de identificação de crianças e adolescentes em situação de infrequência e/ou exclusão escolar.

Entre as atividades iniciais de articulação intersetorial realizadas no município, estão: a parceria com o Centro de Mídias da Educação de Cariacica (Cemec) para divulgação das ações; e com o Setor da Chamada Pública Escolar, responsável pela organização das matrículas na rede municipal de ensino, foram fundamentais para que o projeto começasse a ser apresentado e desenvolvido.

## A partir dessa estratégia, avanços foram alcançados:

- Reconhecimento dos agentes locais pelos articuladores;
- Criação de laços com a rede e estruturação de uma dinâmica de trabalho conjunto;
- Articulação com diversas instituições e lideranças locais, para identificar casos e acionar serviços;
- Participação em diferentes reuniões nas redes de serviços e eventos locais.



**Se pararmos para pensar nas demandas que atendemos, elas são, quase sempre, trabalho de articulação de rede. Então, precisamos conhecer o território na sua integralidade, para fazermos os encaminhamentos. Cabe ao articulador ir às escolas buscar as vagas ou orientar a família sobre as escolas mais próximas. Esse mapeamento foi fundamental. Isso, por exemplo, não vem pronto no sistema, o que vem são as escolas, mas as instituições, sejam as governamentais ou não governamentais, como nós, que temos de cadastrar, pois é isso que dará base para fazermos os relatos de encaminhamentos, pois, além do encaminhamento em si, temos de registrar estas ações.**

*– Sarah Candido, supervisora de campo do projeto em Cariacica*

No decorrer de 2023, o projeto consolidou a **parceria com a Secretaria Municipal de Educação**, realizando reuniões mensais com o **Setor de Coordenação da Busca Ativa escolar**, quando alinhamentos cruciais sobre a Busca Ativa municipal foram feitos, além de retornos e devolutivas de casos identificados por listas oficiais, articulação de matrículas e planejamento de atividades conjuntas.



4. organizar e elaborar conjuntamente um plano de trabalho, com um fluxo de identificação e acompanhamento de casos de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar no município;
5. criar de forma intersetorial ações de comunicação e mobilização territorial;
6. construir conjuntamente a proposta da política pública de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar a ser desenvolvida pelo município, incluindo neste trabalho a elaboração de um plano de ação para a Busca Ativa escolar e de um plano de comunicação;
7. acompanhar e monitorar o desenvolvimento da política pública depois de aprovada.

## 4.2.1 Criação e Formalização

A **Secretaria Municipal de Educação (SEME)**, por meio do Setor de **Busca Ativa Escolar**, liderou a mobilização e articulação com os parceiros para realização das primeiras reuniões.

O CGI foi **formalizado por Portaria Municipal**, estabelecendo<sup>10</sup> calendário de reuniões até dezembro de 2024 e representação de diversas secretarias municipais e de todas as regionais do Conselho Tutelar.

As primeiras reuniões definiram os fluxos de identificação de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar, com base em práticas já existentes. Com isso, houve a criação de uma dinâmica contínua de mediação entre as diferentes áreas da administração pública, visando fortalecer a ação intersetorial.

O CGI contou com a participação de:

- SEME – Secretaria Municipal de Educação;
- SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social;
- SMS – Secretaria Municipal de Saúde;

<sup>10</sup> Portaria/SEME/nº 038, de 29 de maio de 2023: <https://cariacica.legislacaocompilada.com.br/>  
Portaria/SEME/nº 002, de 31 de janeiro de 2024: <https://cariacica.legislacaocompilada.com.br/>

- SEMCULT – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
- SEMESP – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- SEDU – Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo;
- Conselhos Tutelares de todas as regionais;
- Centro de Referência das Juventudes.



**Muitas demandas passaram a ser atendidas graças à participação de gestores no comitê, que orientavam sobre normas e fluxos, como no atendimento domiciliar.**

*– Roberta Verneque, gestora de Polo*

## 4.2.2 Principais atividades executadas pelo CGI

- Apresentação de **dados do diagnóstico socioterritorial** do projeto referentes à exclusão escolar no município e dos **resultados das ações de Busca Ativa escolar** (municipais e do projeto);
- **Troca de conhecimentos** sobre serviços oferecidos pelas secretarias;
- **Participação de parceiros estratégicos**, como o Ciclo Saúde e Proteção Social e as Secretarias de Turismo e de Esporte e Cultura, que contribuiram para fortalecer o CGI.

No final de 2024, as reuniões do CGI foram dedicadas à **discussão e leitura de uma proposta de texto de Projeto de Lei municipal**, sobre a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar, reforçando o papel do Comitê como instância estratégica para formulação de políticas públicas. Em 2025, a SEME não renovou a Portaria do CGI e, conseqüentemente, não aconteceram reuniões do grupo. As articulações seguiram sendo feitas por meio das reuniões bilaterais.

A implementação de uma agenda intersetorial em Cariacica enfrentou alguns entraves, como:

- Complexidade institucional e atuação setorializada das administrações;
- Sobrecarga das equipes técnicas;
- Escassez de recursos humanos e representatividade no CGI.



### Aprendizado:

A consolidação de uma gestão intersetorial efetiva e sustentável requer **planejamento conjunto, comunicação permanente e compromisso institucional**, de forma que o trabalho não dependa apenas de lideranças individuais. Somente assim será possível garantir a continuidade e ampliar o impacto das ações voltadas para a inclusão escolar no município.

## 4.2.3 Cenários da Exclusão Escolar: Caso Ilustrativo

### Caso: Família monoparental chefiada por mulher com três filhos infrequentes

Em uma região central de Cariacica, uma mãe solo, recém-chegada de outra cidade e em processo de separação, enfrentava dificuldades para manter seus três filhos (pré-adolescentes e adolescentes) frequentando a escola. Havia histórico de conflitos com a instituição escolar e fragilidade emocional, que impactavam a relação de acesso aos serviços públicos.

Embora o Conselho Tutelar já tivesse tentado intervir, foi com a equipe do projeto Territórios em Rede que a mãe demonstrou abertura para conversar, pedir ajuda e aceitar orientações.

Uma das estratégias adotadas foi matricular os filhos em escolas diferentes a fim de evitar que a ausência de um influenciasse na dos outros, já que a mãe saía cedo para trabalhar e eles ficavam sozinhos. Esse ajuste, somado a diálogos constantes com a família e os adolescentes sobre a importância dos estudos, ajudou a restabelecer a frequência escolar.

Ao longo do processo, a mãe demonstrou exaustão e desesperança, chegando a cogitar abandonar ou punir os filhos, o que demandou acolhimento, orientação e apoio da equipe. Encaminhamentos foram feitos ao CRAS para a regularização do Bolsa Família, benefício que a família passou a receber.

Atualmente, segundo relato da mãe, os três filhos frequentam a escola regularmente e a relação de atendimento e acesso aos serviços está estabilizada

#### **Estratégias acionadas:**

- Mediação entre família, escola e Conselho Tutelar, restaurando o diálogo.
- Ajuste estratégico de matrículas em escolas diferentes para reduzir a influência negativa entre irmãos.
- Encaminhamentos intersetoriais para o CRAS e regularização de benefícios sociais.
- Escuta ativa e apoio emocional à mãe, fortalecendo a capacidade parental frente às dificuldades.
- Diálogo direto com adolescentes, relacionando frequência escolar ao futuro e na questão da cidadania.

## **4.3 Reuniões Bilaterais e Descentralizadas**

Com o objetivo de promover a articulação de políticas públicas complementares, reconhecendo que o trabalho conjunto é fundamental para garantir o Direito à Educação e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, a equipe do projeto manteve **reuniões bilaterais** com as Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação, para tratar de questões e demandas específicas de cada área.

Diferentemente do CGI, que recebe casos que demandam ações articuladas entre diversos setores, as reuniões mensais com as secretarias municipais serviram, sobretudo, para a discussão de casos específicos de cada área, com objetivo de dar os encaminhamentos e acompanhamento integrados.



**Essa integração com diversas secretarias é fundamental, porque realmente você consegue trabalhar em cadeia e tratar a raiz do problema.**

*– Cinthia Pretti de Azeredo, analista de turismo da Secretaria de Cultura e Turismo*

### 4.3.1 Parcerias e Articulação Intersetorial

As parcerias que a equipe de Cariacica estabeleceu com os diferentes setores foram mantidas por meio de articulações periódicas com os equipamentos públicos municipais. Essas ações contribuíram para a identificação de crianças e adolescentes fora da escola, permitiram o registro dos principais fatores de exclusão escolar e garantiram que os encaminhamentos fossem direcionados conforme as demandas específicas.

#### Secretaria Municipal de Educação e escolas

Ao longo da execução do projeto, foram realizadas reuniões periódicas com a Secretaria Municipal de Educação (SEME), especialmente com a Coordenação da Busca Ativa municipal. As reuniões tinham como foco alinhar e pactuar ações a serem executadas pelo projeto no município, discutir e encaminhar casos, receber listas para Busca Ativa escolar e dar a devolutiva sobre casos já atendidos, bem como planejar os encontros do CGI. Para além das reuniões com a SEME, a equipe local manteve-se comprometida em fortalecer a parceria com os educadores e buscar soluções conjuntas para os desafios enfrentados no cotidiano escolar. Para isso, foram realizados encontros com professores e gestores das escolas com os seguintes objetivos:

- Discutir os principais desafios enfrentados pelos profissionais da Educação;
- Apresentar dados coletados pelo projeto, reforçando a importância da parceria com as instituições de ensino e a metodologia de Busca Ativa escolar, com as visitas domiciliares;

- Construir, de forma colaborativa, novas estratégias para o desenvolvimento das ações em campo;
- Verificar a frequência de estudantes acompanhados pelo projeto.

### Secretaria Municipal de Assistência Social

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) foram, em muitos casos, a porta de entrada para as famílias acessarem políticas e programas sociais existentes no município.

As equipes do CRAS:

- Receberam encaminhamentos das equipes do projeto;
- Realizaram estudos de caso sobre famílias em maior vulnerabilização social;
- Ofereceram atendimento integral, incluindo:
  - Benefícios eventuais (cesta básica e outros auxílios);
  - Inscrição no Cadastro Único (CadÚnico);
  - Inserção no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Houve participação ativa da equipe local em reuniões para casos de descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, com destaque para a baixa frequência escolar. A articulação com o setor do CadÚnico permitiu usar a base de dados para localizar e atualizar endereços de crianças e adolescentes em infrequência escolar na lista da Busca Ativa Municipal. Essa estratégia, singular deste território, foi decisiva para o fortalecimento das ações do projeto.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) atua, principalmente, em casos de violência ou ameaça/violação de direitos. Nessa parceria, foram realizados estudos de caso e visitas domiciliares conjuntas para o enfrentamento das situações identificadas.



**“Considero o projeto Territórios em Rede extremamente importante para as intervenções sociais no território do CRAS Campo Verde... Parabéns à Vale e à equipe do projeto.”**

*– Catia Rodrigues Machado da Silva, coordenadora de equipamento – CRAS Campo Verde/Semas de Cariacica*

### Conselho Tutelar

As articulações com as quatro regionais do Conselho Tutelar foram efetivas, a partir de:

- Agendas mensais para estudos de caso;
- Devolutivas de atendimentos;
- Encaminhamentos de situações de violação de direitos e adoção de medidas protetivas.

Os estudos de caso foram uma estratégia de destaque nessa parceria, o que favoreceu inclusive, a realização de ações na prática cotidiana dos Conselhos Tutelares, a partir da relação com o projeto.



**“O Territórios em Rede fez muita diferença. Uma vez as crianças na escola, conseguimos desenvolver trabalhos dentro da família.”**

*– Alfredo Faria Neto, psicólogo do CRAS Porto Novo*

### Secretaria Municipal de Saúde

Embora a articulação com o setor da Saúde tenha levado um pouco mais de tempo para se firmar, ao longo de 2025 importantes atividades vêm se concretizando e fortalecendo. Entre elas:

- Compartilhamento de casos identificados pelo projeto de crianças e adolescentes que estão em exclusão escolar por questões de saúde, para que o setor acompanhe e possa dar os encaminhamentos necessários;
- Formação de Agentes Comunitários de Saúde sobre exclusão escolar.

## Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo

A parceria entre o projeto Territórios em Rede (TR) e a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU) foi formalizada em fevereiro de 2024.

Com esse acordo, estabeleceram-se reuniões mensais de alinhamento com a Gerência de Políticas de Apoio à Permanência e Busca Ativa Escolar (G-ABAE), vinculada à Superintendência Regional Estadual de Educação de Cariacica.

### Principais ações desenvolvidas:

#### 1. Apresentação no Comitê Gestor Estadual:

- Em dezembro de 2024, a equipe do projeto apresentou os resultados da Busca Ativa em Cariacica para o Comitê Gestor Estadual da Busca Ativa Escolar.
- O encontro contou com representantes das Secretarias Estaduais de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES), Saúde (SESA) e Direitos Humanos (SEDH), além do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública Estadual.
- Nessa ocasião, foi firmado um plano de trabalho complementar para a integração com as frentes de Comunicação Comunitária e de Monitoramento e Avaliação.

#### 2. Intercâmbio de dados, diagnósticos e ações:

- Compartilhamento do painel de indicadores de Cariacica e de dados primários do projeto.
- Apresentação dos resultados de campo, perfil de crianças, adolescentes e famílias acompanhadas e estratégias de comunicação utilizadas para a divulgação e a mobilização da agenda.
- Envolvimento de diferentes gerências da SEDU no debate e análise dos dados.

- Planejamento de visitas com Agentes de Integração Escolar (AIEs), para que conhecessem a metodologia de abordagem do projeto nas visitas às famílias.
- Ações articuladas com as unidades de ensino da rede estadual em Cariacica.
- Ampliação da articulação intersetorial no enfrentamento da exclusão escolar.

### Outras parcerias:

#### Projeto Todos Pela Infância

O Projeto Todos pela Infância foi uma iniciativa do Shopping Vitória, implementada com o apoio da Associação Cidade Escola Aprendiz, que tinha como eixo o enfrentamento do trabalho infantil nas dependências do estabelecimento, bem como a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Ao longo do desenvolvimento do projeto, foram identificados alguns adolescentes em situação de trabalho infantil no *Shopping*, que eram residentes de Cariacica e que estavam em situação de exclusão escolar. A equipe do projeto Territórios em Rede foi acionada para compor as estratégias de proteção dos adolescentes.

#### Principais ações desenvolvidas:

- Reuniões de estudo de caso entre as equipes dos dois projetos;
- Reuniões com equipes da rede de proteção dos territórios de residência dos adolescentes envolvidos;
- Visitas domiciliares conjuntas para cadastro e atendimento dos adolescentes e de suas famílias.

#### Centro de Referência das Juventudes de Flexal (CRJ Flexal)

A aproximação com o órgão foi realizada com o objetivo de aproximação dos jovens atendidos no equipamento e envolvê-los na discussão sobre o Direito à Educação e a exclusão escolar, fomentando a participação juvenil.

**Principais ações desenvolvidas:**

- Reuniões de articulação com a equipe técnica do equipamento;
- Encontro formativo com os jovens sobre o Direito à Educação;
- Acompanhamento de oficinas com os jovens, para produção de conteúdo sobre o território e sobre o Direito à Educação.



**“Durante todo o projeto, a troca com o CRAS foi constante. Eu encaminhava famílias em situação de extrema vulnerabilidade, com insegurança alimentar ou outras necessidades sociais, para que eles pudessem acompanhar. Por sua vez, a equipe do CRAS me acionava frequentemente. Eles tinham limitações para ir a campo, já que dependiam de carro e só saíam uma ou duas vezes por semana. Como eu estava nas ruas todos os dias, eles nos solicitavam ajuda com as famílias que os procuravam, mas que não tinham conseguido vaga na escola ou estavam com a frequência irregular – o que é um problema para quem recebe o Bolsa Família. Esse fluxo de colaboração foi essencial. Muitas famílias que acompanhamos foram encaminhadas para diversos equipamentos, não só o CRAS. Ao identificar questões sociais, sempre fazíamos o encaminhamento para o CRAS, CREAS e o Conselho Tutelar. A gente conseguiu fazer alguns estudos de caso em conjunto, inclusive com a Vara da Infância. Acabamos puxando a ideia de que a rede de serviços no município deve trabalhar de forma integrada.”**

*- Luciana Carneiro, articuladora de campo do projeto em Cariacica*

## Compromisso Coletivo

Essa integração permitiu reuniões contínuas para Estudos de Caso, fortalecendo vínculos, enfrentando vulnerabilizações e garantindo acompanhamento próximo das famílias, além de identificar novas situações de exclusão escolar. A rede municipal passou a compartilhar a responsabilidade de localizar, acompanhar e reverter situações de exclusão, reconhecendo que o acesso e a permanência na escola dependem da ação conjunta de múltiplas políticas públicas. Como os serviços de cada política estão relacionados a este público por diferentes perspectivas e territórios, é essencial manter espaços permanentes de diálogo e troca de informações, para assegurar a continuidade e a efetividade das ações intersetoriais.

### 4.3.2 Cenários da Exclusão Escolar: Caso Ilustrativo

#### Caso: Crianças que perderam a documentação após incêndio

Uma família, identificada pelo projeto, teve sua casa destruída por um incêndio e perdeu todos os documentos. Sem identificação civil, as crianças não conseguiram a matrícula na escola e ficaram infrequentes.

A equipe do projeto acionou o Conselho Tutelar, que foi fundamental para solucionar o problema. Enquanto o Conselho iniciava uma articulação com o órgão para emissão da segunda via dos documentos, os articuladores garantiram a vaga das crianças na escola, assegurando o prazo legal de 30 dias para apresentar a documentação. Com esse suporte, os pais conseguiram providenciar os novos documentos e as crianças retomaram o acesso escolar.

**Estratégias acionadas:**

- Atuação rápida do Conselho Tutelar, acionando o órgão responsável para a emissão da 2ª via dos documentos e reforçando o direito à matrícula provisória.
- Articulação dos articuladores de campo, garantindo que a escola aceitasse a matrícula imediata.
- Acompanhamento próximo, apoiando a família, até a conclusão da emissão documental.

## 4.4 Estratégias de Busca Ativa escolar



**Tratando de intersectorialidade, temos um grande avanço no olhar de outros equipamentos, como Saúde, Esporte, Cultura, Turismo e até mesmo Conselho Tutelar, que já estão vendo a Busca Ativa como um ponto de partida para pensar políticas públicas.**

*– Melina Carminati, coordenadora da Busca Ativa Escolar da SEME de Cariacica.*

A **Busca Ativa escolar** é uma estratégia fundamental para garantir direitos e promover a inclusão educacional, apoiando governos e sociedade civil na identificação e no acompanhamento de crianças e adolescentes infrequentes ou em risco de evasão.

Mais que uma ação isolada, ela se configura como um conjunto de ações intersectoriais e integradas, articulando diferentes setores e atores para alcançar populações em maior vulnerabilização social.

A metodologia da Cidade Escola Aprendiz dialoga com os princípios da Busca Ativa escolar e a reconhece como uma iniciativa essencial para a garantia do Direito à Educação. Ao mesmo tempo, amplia este horizonte, ao integrar ações contínuas de monitoramento, acompanhamento intersetorial e incidência em políticas públicas, fortalecendo a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar de forma sistêmica e permanente.

#### **No Territórios em Rede, a metodologia combina:**

- **Comunicação Comunitária e Mobilização Social:** mutirões, campanhas, atividades socioeducativas e ações de comunicação local para sensibilizar e criar vínculos com a comunidade e a rede de serviços.
- **Integração e análise de dados:** cruzamento de informações de diferentes bases para localizar casos de exclusão escolar.
- **Visitas domiciliares e acompanhamento familiar:** visitas para compreender, junto à família, os motivos da situação, acolher e fazer os encaminhamentos necessários para apoiá-la no acesso às políticas públicas e no retorno à escola das crianças e dos adolescentes. A depender das demandas identificadas, a equipe do projeto articula profissionais de serviços de Saúde, Educação e/ou Assistência Social, para realizar visitas conjuntas.

Esta abordagem vai além da simples localização de estudantes, uma vez que busca estabelecer **relações de confiança com as famílias** e garantir sua inclusão efetiva nas redes de atendimento.

### **4.4.1 Estratégias e articulações no território**

As ações para a Busca Ativa de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar tiveram início no mês de dezembro de 2022. Em Cariacica, a estratégia da Busca Ativa escolar se estruturou a partir de três principais fontes de informação:

1. **Listagens oficiais** da Secretaria Municipal de Educação, com casos não localizados pela Busca Ativa Municipal, e da Secretaria Estadual de Educação, com casos em situação de infrequência e abandono e/ou evasão.

2. **Indicações de parceiros locais**, como Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, unidades de Saúde e organizações sociais. Nos casos mais complexos, realizaram-se visitas conjuntas, a fim de garantir o atendimento mais adequado para as famílias.
3. **Circulação nos territórios** realizada regularmente pelas articuladoras nos bairros, somada às estratégias de mutirões, além do apoio dos próprios moradores, que informaram casos.

Para fortalecer a estratégia, foram realizadas diversas **ações de comunicação comunitária**, incluindo carro de som, panfletagem, cartazes e faixas, além do uso de uniformes para identificação das equipes pela comunidade. As ações serão detalhadas mais adiante.

Além dos casos que começaram a ser identificados e encaminhados pelas listas fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação, o início do campo foi marcado por uma articulação com a **Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)**, permitindo identificar crianças e adolescentes fora da escola em empreendimentos habitacionais durante ações de acompanhamento social. Especificamente, em um conjunto habitacional atendido pela SEHAB, a equipe de articuladores realizou atendimentos e divulgação, em parceria com os técnicos da Secretaria, que já atuavam no local, semanalmente. Embora essa colaboração tivesse sido pontual, ela serviu como porta de entrada, permitindo que a equipe de Busca Ativa continuasse as ações nos territórios. A ação teve como resultados mais importantes a identificação de crianças e adolescentes em exclusão escolar neste conjunto habitacional e maior visibilização deste território para os equipamentos públicos.



**“O atendimento às famílias dos alunos infrequentes é diferenciado e eficaz. Nossa escola está sempre aberta para o projeto e proponho que seja uma ação contínua. ”**

*- Christiane Fabri, diretora da EMEF Maria Augusta Tavares*



**“Logo após a visita do projeto, a creche já entrou em contato comigo! Estou muito feliz e agradecida.”**

*- Mãe de criança atendida pelo projeto*

## 4.4.2 Cenários da Exclusão Escolar: Caso Ilustrativo

### Caso: Criança de 12 anos que nunca havia estudado

Durante uma ação de Busca Ativa no território, realizada por meio de visitas porta a porta, uma articuladora do projeto encontrou um menino de 12 anos, que relatou nunca ter frequentado a escola. Ele estava na rua e, após breve conversa, conduziu a articuladora até sua residência, onde vivia com a mãe e outros familiares.

A proximidade de uma escola à residência possibilitou a efetivação imediata da matrícula. Posteriormente, a família mudou-se para outro bairro, mas o acompanhamento foi mantido por uma articuladora local, assegurando a continuidade da frequência escolar.

A família vivia em condições de múltiplas vulnerabilizações: presença de familiares em privação de liberdade, gestação sem acompanhamento pré-natal, crianças pequenas, mudanças frequentes de endereço e dificuldade de comunicação com serviços públicos. Tais elementos se sobrepõem e criam barreiras no acesso e na permanência escolar, ainda que não configurem relação de causa e efeito direta.

#### **Estratégias acionadas:**

- Busca Ativa territorial e presencial, permitindo identificar uma situação de exclusão extrema.
- Articulação imediata com escola próxima, garantindo matrícula rápida.
- Mediação comunicacional, “traduzindo” informações institucionais para a linguagem da família e vice-versa.
- Acompanhamento continuado após mudança de bairro, prevenindo a ruptura do vínculo escolar.

### 4.4.3 Passos da Busca Ativa escolar

1. **Integração e análise de dados intersetoriais**, para identificar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de exclusão.
2. **Visita domiciliar e escuta sensível** para compreender, junto à família, os motivos de alguma situação: realizar entrevistas com responsáveis e estudantes, registrar o caso no sistema de monitoramento e, quando necessário, encaminhar imediatamente para a matrícula. A visita deve ser acolhedora, sem julgamentos, e acionar a rede intersetorial diante de situações de risco.
3. **Acompanhamento familiar e monitoramento contínuo**, nos casos de infrequência, para prevenir o abandono. Nos casos de rematricula, para garantir condições de permanência junto à rede de proteção social.

A inserção escolar envolve:

- Articulação com escolas para disponibilização de vagas.
- Encaminhamentos aos órgãos de Saúde, Assistência Social e ao Sistema de Garantia de Direitos e outros, conforme a necessidade.
- Apoio na resolução de pendências documentais ou situações de vulnerabilização que impediavam a frequência escolar.



**“Já me ligaram, levei a documentação necessária e já matriculei meus dois filhos na escola. Estou aqui fazendo o almoço para levá-los e já está agendado o retorno ao CRAS.”**

*– Responsável por dois estudantes atendidos pelo projeto em Cariacica*

Após a matrícula, o acompanhamento seguia-se com diálogo contínuo entre família, escola e rede de proteção. Havendo risco de nova evasão, o ciclo de atendimento era reiniciado.

### 4.4.4 Fluxo de dados e monitoramento

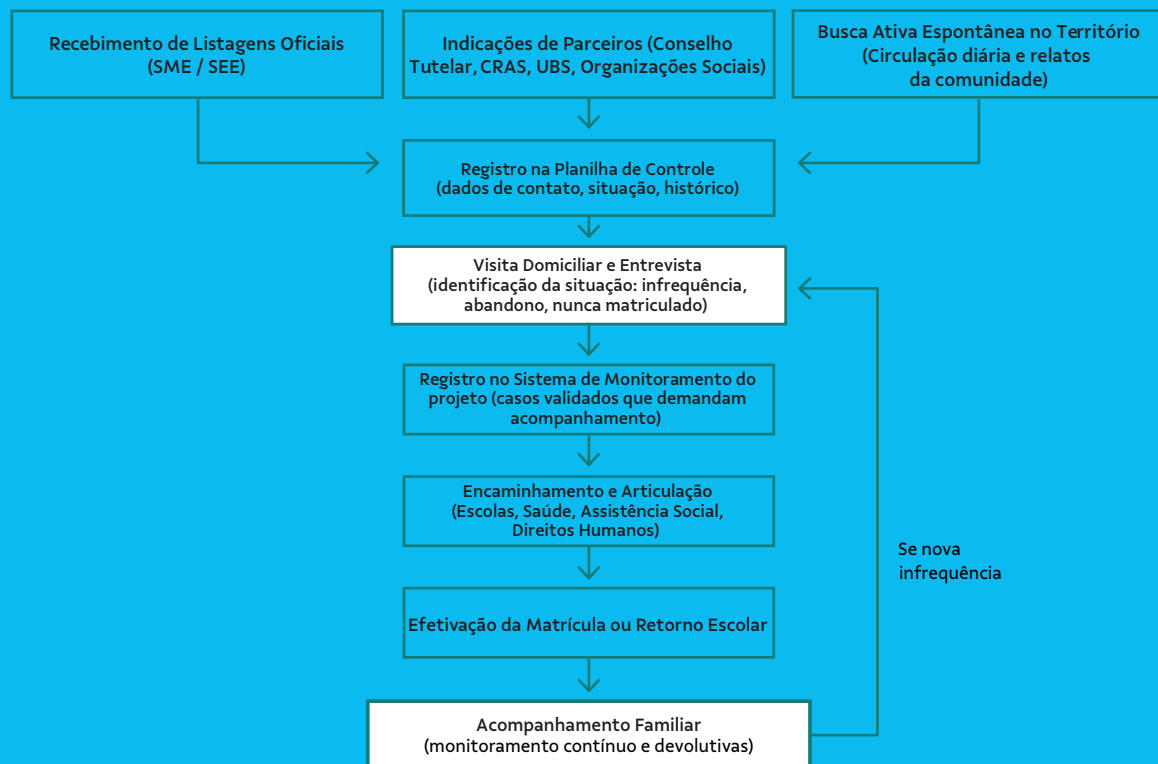
O processo de fluxo de trabalho e monitoramento dos casos, envolve as seguintes etapas:

- Recebimento das listas pelas gestoras do projeto, com indicações de casos, por meio de um fluxo direto estabelecido entre as gestoras e as Secretarias Municipal e Estadual de Educação;
- Inserção das informações em planilha de controle, garantindo o registro sistemático de cada caso;
- Registro dos casos validados e que demandam acompanhamento no Sistema de Monitoramento do projeto;
- Registro de tentativas de contato e situação final de cada caso identificado e acompanhado pelo projeto;
- Devolutiva periódica para escolas, secretarias e parceiros envolvidos;
- Consolidação mensal dos dados pela equipe de monitoramento do projeto.

A partir da formalização da parceria com a **Secretaria Estadual de Educação**, estudantes da rede estadual também foram integrados ao trabalho de Busca Ativa.

A planilha de controle foi elemento fundamental, pois, além de registrar as ações e a situação final de cada caso para o acompanhamento das equipes locais, funcionou como instrumento de devolutiva às escolas, secretarias e parceiros. Mensalmente, a equipe de monitoramento extraía os dados consolidados dessa planilha, para a atualização dos indicadores do projeto, permitindo o acompanhamento contínuo dos avanços e desafios no enfrentamento da exclusão escolar.

## Fluxo e procedimentos estabelecidos para registro e atendimento dos casos



**“Meu filho foi parabenizado na escola, e eu também. Os professores falaram que é um menino maravilhoso. Eu sou muito grata ao Territórios em Rede, que me ajudou a achar a vaga para ele.”**

*- Mãe de estudante atendido pelo projeto em Cariacica*

## 4.4.5 Resultados e percepções

A atuação integrada permitiu:

- Maior aproximação entre articuladores, equipes escolares e serviços da rede socioassistencial.
- Maior agilidade no encaminhamento e resolução de casos complexos.
- Consolidação da Busca Ativa escolar como **referência para a construção de políticas públicas intersetoriais.**



Foto: Ademir Ribeiro, 2023

### 4.4.6 Reuniões internas e monitoramento contínuo

Semanalmente, a gestora local, a supervisora de campo, as articuladoras e os articuladores de campo se reuniam para discutir impressões, desafios e casos específicos, definindo estratégias para viabilizar o ingresso e a permanência escolar de crianças e adolescentes identificados.

Os encontros internos incluíam:

- **Análise do banco de dados** do projeto e atualização dos cadastros das famílias visitadas.
- **Planejamento de ações conjuntas** com parceiros da rede.
- **Avaliação de resultados** e ajustes de estratégias.

### 4.4.7 Acompanhamento familiar, visitas domiciliares e devolutivas às escolas



**“Bom dia! Já fui até a escola e fiz a matrícula do meu filho, na segunda ele já começa a estudar. Muito obrigada e parabéns pelo trabalho realizado.”**

*– Mãe de adolescente atendido pelo projeto*

O acompanhamento familiar se mostrou parte essencial do projeto, para garantir o acesso e a permanência escolar em Cariacica. A equipe de campo realizou os acompanhamentos de forma contínua, atuando na integração entre as famílias e os serviços públicos.

As visitas domiciliares foram amplamente reconhecidas como um diferencial da atuação do projeto, permitindo conhecer, de perto, as dificuldades enfrentadas pelas famílias, e estabelecer uma relação de confiança.

Seguindo a lógica da Busca Ativa escolar, as equipes do projeto se concentraram na escuta qualificada das famílias e no entendimento das suas necessidades, a fim de fomentar a integração das políticas de Educação, Saúde e Assistência Social. Com o apoio de uma ferramenta tecnológica, um banco de dados acessível por computadores e dispositivos móveis, os articuladores de campo podiam gerenciar as informações de cada caso, o que permitiu manter o contato com as famílias pelo tempo necessário, apoiar a resolução dos problemas e a inserção de crianças e adolescentes na rede escolar.

Durante o acompanhamento, a equipe ofereceu devolutivas detalhadas às escolas e à rede de proteção social. Esse retorno ajudou educadores e profissionais da gestão escolar a compreender que muitas situações de infrequência ou evasão não eram fruto de negligência, mas de desafios socioeconômicos e estruturais.



**“A Secretaria de Educação elogiou a parceria com o projeto, destacando o trabalho de visita às residências das famílias. Também elogiou o apoio mútuo que temos ao buscar alternativas para garantir a inserção da criança na escola. Parabéns!”**  
*– Rosana Rezende Adão Costa, vice-diretora da EMEF Angelo Zani, em Cariacica*

#### **4.4.8 Encaminhamentos de casos complexos e o trabalho intersetorial**

Especialmente nos casos mais complexos, o acompanhamento familiar foi um eixo central do projeto. A estratégia combinou visitas domiciliares (às vezes conjuntas com equipes de serviços da rede de proteção), reuniões de alinhamento e de estudo de caso, articulação com a rede de proteção social e devolutivas às escolas, visando não apenas garantir a matrícula, mas sobretudo a permanência de crianças e adolescentes na escola.



Foto: Ademir Ribeiro, 2023

Para os casos mais graves, o projeto articulou:

- **Reuniões e estudos de caso com o Conselho Tutelar**, visando à definição e aplicação de medidas protetivas.
- **Encaminhamentos ao CRAS e ao CREAS** para acompanhamento social, inclusão em benefícios eventuais, inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) e participação em serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.
- **Encaminhamento à Secretaria Municipal de Saúde** dos casos identificados em situação de exclusão escolar por questões de saúde, assegurando acompanhamento adequado.
- **Atuação conjunta com técnicos de referência** das diferentes políticas públicas no enfrentamento de situações de violência e violação de direitos.



**“Gostaria de agradecer à equipe do projeto Territórios em Rede, pois conseguiram articular junto à Secretaria de Educação para disponibilizar o transporte escolar e foi muito rápido. Sou muito grata pelo trabalho de vocês!”**

*– Mãe de adolescente com deficiência atendido pelo projeto em Cariacica*

### 4.4.9 Atuação nos Distritos e na Zona Rural

A atuação do Territórios em Rede em Cariacica abrangeu não só a área urbana, como também os territórios da zona rural.

Em fevereiro de 2023, foi iniciado um plano de ação específico para a zona rural, com Busca Ativa escolar constante. Ao longo dos meses, foram realizados mutirões espontâneos, com panfletagens e acompanhamento de famílias cadastradas. A alta demanda levou a ações em regiões (11 e 13) onde a dificuldade do deslocamento e acesso ao transporte se apresentou como um dos principais obstáculos para a frequência e a inclusão escolar de crianças e adolescentes atendidos. Nestes casos, a equipe do projeto acionou a coordenação da Busca Ativa para mediar articulações internas na Secretaria de Educação (SEME), aproveitando o setor de transporte vinculado à chamada escolar. Adicionalmente, a equipe local realizou articulação direta com o quadro pedagógico, diretores e coordenadores das escolas rurais, o que viabilizou a garantia de vagas e a inserção de estudantes.



**“A experiência com a Busca Ativa foi completamente nova e enriqueceu muito meu currículo, porque você passa a conhecer os desafios das comunidades, não só com relação ao ambiente escolar, mas com relação a tudo. Muitas vezes chegamos nas casas das famílias e com uma simples conversa descobrimos que ali falta muita coisa, como alimentação das próprias crianças, por exemplo, e muitas deixam de ir à escola por falta de alimentação.”**

*– Fabiana Serafim, articuladora de campo do projeto em Cariacica*

### 4.4.10 Ações complementares

Durante a execução do trabalho de campo, constatou-se a existência de famílias em situação de alta vulnerabilização socioeconômica. Notou-se que a insegurança alimentar, a falta de roupas, calçados e materiais escolares eram condições presentes nas vidas de grande parte de crianças e adolescentes atendidos. Esse cenário de privação contribuiu, sensivelmente, para o agravamento das condições de acesso e permanência na escola.

Diante desse cenário, o Territórios em Rede começou a operar, em julho de 2022, o **Apoio Eventual Emergencial**, uma estratégia complementar, com o objetivo de viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência das famílias. Tais necessidades, quando identificadas pela equipe durante uma visita domiciliar, eram prontamente encaminhadas aos serviços da rede de proteção do município. Quando não encontravam resposta, em curto prazo, por meio das políticas, equipamentos ou serviços da Assistência Social, Saúde, Educação, ou mesmo em organizações locais da sociedade civil, o Apoio Eventual Emergencial era acionado. A maior demanda identificada era de famílias em situação de insegurança alimentar.



**“O trabalho que vocês realizam faz a diferença. Quero agradecer pela ajuda que nos têm dado. Esse ano, não pude comprar um bolo de aniversário para a minha filha, mas com o cartão pude comprar as coisinhas que ela gosta de comer. ”**

*– Mãe de estudante atendida pelo projeto em Cariacica*

As entregas contemplaram itens conforme as necessidades específicas de cada família, tais como:

- *Tickets*–alimentação e/ou cestas básicas;
- *Kits* de materiais escolares;
- *Kits* de roupas e calçados;
- Transporte para serviços pontuais.

#### **Exemplos de situações atendidas pelo Apoio Eventual Emergencial:**

- Família numerosa que teve o Bolsa Família bloqueado devido à infrequência escolar da criança ou do adolescente, agravando a vulnerabilização social já vivida.
- Família recém-chegada ao município, ainda fora do mercado de trabalho, sem recursos para adquirir itens necessários à frequência escolar.
- Famílias com gastos prioritários em saúde, destinando seus recursos ao pagamento de consultas e medicamentos para os filhos, restando pouco ou nada para outras necessidades.



Foto: Ademir Ribeiro, 2023

No total, 344 crianças e adolescentes foram contemplados pelo Apoio Eventual Emergencial viabilizado pelo Territórios em Rede em Cariacica.

As crianças e os adolescentes identificados foram direcionados aos serviços públicos competentes, com o objetivo de ampliar o acesso das famílias às políticas públicas e garantir a sustentabilidade do atendimento. As estratégias envolveram:

- Inserção prioritária de crianças e adolescentes na escola, reconhecida como um espaço que promove o desenvolvimento integral e a proteção social, consolidando-se como uma ação principal para reduzir a insegurança alimentar entre o público em idade escolar;
- Encaminhamentos à rede de Assistência Social para inclusão ou atualização do Cadastro Único, e participação em programas sociais relevantes, como: Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros.



O caminho principal de superação da vulnerabilização é a inserção e a permanência de crianças e adolescentes na escola, reconhecida como espaço de aprendizagem e um importante equipamento público de proteção social. Mais do que garantir o Direito à Educação, a escola funciona como porta de entrada para o acesso a outros direitos – Saúde, Assistência Social, Cultura e Esporte –, articulando diferentes políticas públicas em torno do cuidado integral. Programas como o de Alimentação Escolar, que garante a merenda, por exemplo, além de assegurarem o direito à alimentação adequada para estudantes, contribuem para aliviar a pressão econômica sobre os responsáveis, que enfrentam dificuldades para prover refeições diárias a todos os membros da família. Do mesmo modo, a presença regular na escola favorece o acompanhamento das condições de saúde, o encaminhamento a serviços especializados e no enfrentamento ao trabalho infantil, fortalecendo a rede de proteção social e ampliando as oportunidades de desenvolvimento integral. Os casos atendidos pelo Apoio evidenciam o quanto a exclusão escolar é um fenômeno multifatorial, diretamente relacionado a diferentes vulnerabilizações e privações de direitos. O atendimento às famílias exige, portanto, abordagens amplas e ações integradas, como preconiza a metodologia do projeto Territórios em Rede.

**CRAS**  
Centro de Referência de Assistência Social  
**NOVA ROSA DA PENHA II**  
Cariacica

 **PREFEITURA DE CARIACICA**  **SUAS**  **ASSOCIAÇÃO CARIACICA**  **PÁTRIA AMADA BRASIL**



Foto: Ademir Ribeiro, 2023

# 5. Produção de Conhecimento, Monitoramento e Avaliação

## 5.1 Produção de conhecimento

A Frente de Produção de Conhecimento, Monitoramento e Avaliação (COMEIA) do Territórios em Rede teve como responsabilidade central produzir, consolidar e analisar informações sobre os territórios de atuação, monitorando continuamente as metas, demandas e resultados alcançados. Seu objetivo principal foi acompanhar e avaliar as ações voltadas à inserção e à permanência de crianças e adolescentes na escola, garantindo que as intervenções fossem orientadas por dados confiáveis.

A equipe da COMEIA elaborou o diagnóstico socioterritorial, ferramenta estratégica para orientar as metas e o acompanhamento dos indicadores sociais.

O Sistema de Monitoramento do projeto armazena e organiza as seguintes informações:

1. Instituições e parceiros identificados;
2. Perfil e demandas de crianças e adolescentes atendidos, com registro de visitas e articulações com unidades escolares;
3. Acompanhamento de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão, registrando as ações realizadas a fim de assegurar acesso e permanência escolar.

O instrumento para registro do fluxo de atendimento às famílias, crianças e adolescentes, é composto por cinco etapas:

- 1. Identificação:** levantamento de informações iniciais e resumidas da criança ou adolescente fora da escola ou em risco de evasão, obtidas a partir de listas, indicações e visitas;
- 2. Pesquisa:** coleta de informações sobre o contexto familiar, social e educacional, para compreender a situação;
- 3. Acompanhamento:** articulação com serviços e políticas públicas para atendimento das demandas identificadas;
- 4. Inserção escolar:** efetivação da matrícula e integração da criança ou do adolescente à rede de ensino;
- 5. Monitoramento da frequência escolar:** verificação contínua da presença e participação escolar, prevenindo a ocorrência de novas situações de exclusão.

Visando à apropriação de boas práticas no processo de monitoramento dos casos cadastrados, a equipe da Frente (COMEA) promoveu formações internas contínuas para as equipes de articulação de campo e de gestão visando:

- promover a familiarização dos instrumentos de cadastro e monitoramento das famílias identificadas;
- compartilhamento de informações como indicadores municipais, instrumentos de campo e o modo de operação na gestão das informações dos casos.

O Sistema de Monitoramento do projeto, acessível a articuladores e gestores de campo, oferecia os seguintes recursos :

- Acompanhamento do trabalho de campo individual e coletivo;
- Extração de dados gerais, relatórios detalhados e resultados, por território;
- Mapeamento geográfico das residências de crianças e adolescentes e instituições parceiras;

- Registro dos atendimentos às famílias e encaminhamentos fornecidos para a rede de proteção;
- Monitoramento da inserção, abandono e frequência escolar das crianças e dos adolescentes inseridos;
- Perfil detalhado com informações socioeconômicas, educacionais, de saúde e estrutura familiar.

A equipe da COMEA manteve rotinas de verificação para garantir precisão e consistência nas informações registradas. Para isso, desenvolvia as seguintes ações:

- Tratamento de dados complementares obtidos em campo, além da inserção escolar;
- Organização de listas de inserção escolar para otimizar matrículas e transferências nos períodos oficiais;
- Ajustes no registro de instituições parceiras, encaminhamentos e áreas de atuação;
- Procedimento de verificação de casos repetidos e de pessoas com nomes idênticos (homônimos);
- Estabelecimento de vínculo entre crianças e adolescentes residentes no mesmo domicílio, para identificação de familiares e/ou famílias conviventes;
- Correção de cadastros incompletos ou sem Termo de Consentimento.

A equipe apoiou a Secretaria Municipal de Educação de Cariacica (SEME) na melhoria de instrumentos utilizados para monitorar casos de Busca Ativa escolar, a partir de ajustes no formulário, criação de um painel com dados sistematizados e inserção de normas e formatações para auxiliar o fluxo interno de acompanhamento dos casos.

## 5.2 Proteção de Dados

Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), foi implementada a anonimização de dados sensíveis de crianças e adolescentes cadastrados sem o Termo de Consentimento<sup>11</sup>. Esta medida, aplicada com o encerramento do projeto no município, garante a segurança e a privacidade das informações. Os dados anonimizados incluem detalhes como nome, data de nascimento, raça, endereço, nacionalidade, questões de saúde e situações de trabalho infantil.

Desse modo, visando garantir a plena compreensão e acessibilidade ao conteúdo do Termo, para os casos de famílias com analfabetismo funcional, o projeto desenvolveu uma versão em formato de vídeo com linguagem simplificada. A iniciativa reduziu significativamente o número de famílias sem assinatura do Termo.

*Para acessar o conteúdo do Termo de Consentimento em vídeo, utilize o QR Code abaixo*  
<https://www.youtube.com/watch?v=oslag2MEZF8>



**11** As situações em que crianças ou adolescentes foram cadastrados sem o Termo de Consentimento foram aquelas em que havia analfabetismo funcional na família, impossibilitando a leitura do termo, ou casos de recusa por parte da família.

## 5.3 Monitoramento da frequência escolar e avaliação de resultados

Em Cariacica, a equipe do Territórios em Rede pactuou um fluxo sistemático de monitoramento da frequência escolar de crianças e adolescentes atendidos, a partir de informações obtidas na Secretaria Municipal de Educação.

O procedimento consistia **no envio trimestral de uma planilha à Secretaria Municipal de Educação**, contendo a lista de estudantes matriculados. A Secretaria tinha até três semanas para registrar a situação de frequência de cada estudante, com prazos alinhados ao fechamento dos conselhos de classe.

Ao final de cada trimestre, a planilha preenchida era enviada à coordenadora da Busca Ativa Municipal, que validava os dados junto com as escolas. A planilha era devolvida à equipe de campo do projeto que, com base nela, atuava nos casos em situação de infrequência, sem matrícula, não localizados e/ou transferidos sem informação da escola de destino.

Para a rede estadual, adotou-se fluxo semelhante, com envio trimestral ao ponto focal da Gerência de Busca Ativa Escolar do Espírito Santo.



**“Gostaria de agradecer pela ajuda com a matrícula da minha filha que perdeu o ano letivo de 2023 por problemas familiares. Fiquei sabendo do projeto por uma amiga e já conseguimos colocá-la na escola mais próxima de casa. Todos os dias me sinto muito grata por esta oportunidade.”**

*– Mãe de estudante atendida pelo projeto em Cariacica*

## 5.3.1 Cenários da Exclusão Escolar: Caso Ilustrativo

### Caso: Criança com necessidades educacionais especiais sem atendimento escolar

J. é um menino com deficiência e dificuldades de locomoção, e recebia atendimento domiciliar pela rede estadual de ensino. Com a transferência da gestão escolar para a rede municipal, o atendimento foi interrompido. Durante todo o ano letivo, J. permaneceu sem aulas, e sua ausência só foi oficialmente registrada em dezembro.

A equipe da Busca Ativa escolar realizou visita domiciliar para compreender a situação e orientou a mãe sobre a reapresentação de laudos e documentos no período de matrícula. Como resultado, foi garantida a designação de um professor de Educação Especial para atendimento domiciliar no ano seguinte.

#### Estratégias acionadas:

- Busca Ativa com visita domiciliar, para identificar e confirmar a situação.
- Apoio no trâmite documental, para garantir a retomada do atendimento especializado.
- Interlocução direta com a escola e a gestão municipal, viabilizando a designação de professor para atendimento domiciliar.

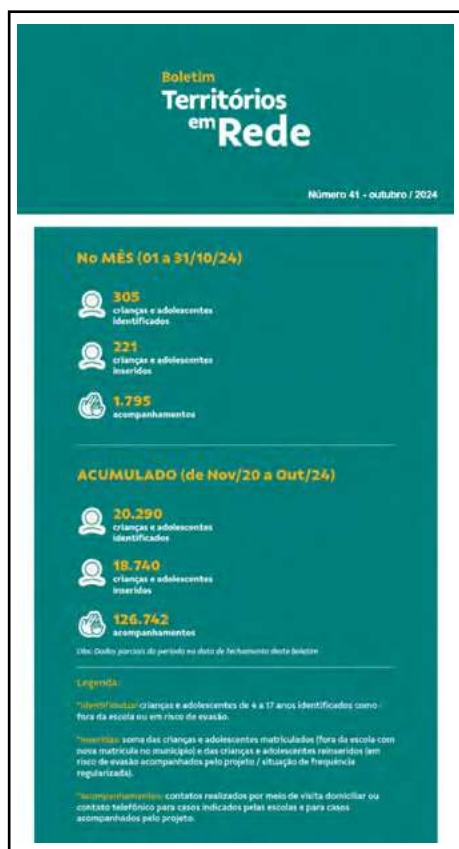


Foto: Ademir Ribeiro, 2023

## 5.4 Produção e Sistematização de Dados

A equipe da COMEA manteve uma rotina mensal de tratamento e consolidação de informações, resultando na produção de relatórios e painéis que subsidiaram a gestão e a comunicação do projeto:

- Boletins (por estado e geral): elaborados pela Comunicação a partir dos dados de monitoramento, informações de campo e análises da equipe central.



Boletim geral TR

**Diálogo com as famílias**

A equipe do TR participou recentemente de encontros com algumas famílias de **Cariacica** beneficiárias do Programa Bolsa Família, realizados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Campo Verde, Graúna e Nova Rosa da Penha. Nesses encontros, foram discutidas as condicionalidades e os compromissos assumidos pelas famílias nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

**Novos planos com os Conselhos Tutelares**

As reuniões mensais de estudos de casos com os quatro Conselhos Tutelares de **Cariacica** tiveram como objetivo dialogar sobre questões importantes relacionadas à Busca Ativa escolar municipal. Através de uma abordagem coletiva e intersetorial, busca-se desenvolver planos de intervenção junto às famílias, fortalecendo ações que apoiem a permanência escolar e o bem-estar das crianças e adolescentes no município.

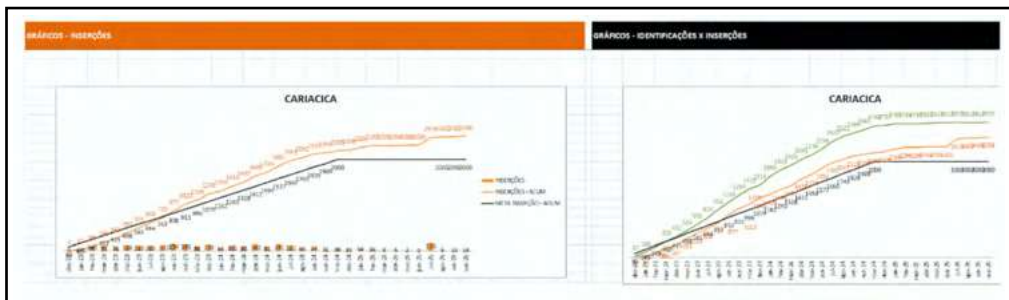
Boletim estadual - TR ES

- Painel de Monitoramento: desenvolvido pela equipe de monitoramento, reunindo indicadores-chave e resultados do sistema, enriquecidos por informações qualitativas das gestoras de polo e campo.



Painel de Monitoramento

- Painel Interno de Metas: fundamentado no acompanhamento dos indicadores de identificação e inserção escolar, utilizado para monitorar o desempenho das equipes.



Parte do Painel Interno de Metas

- Painel de Perfil de crianças e adolescentes acompanhados: sistematização de dados da Ficha de Pesquisa, incluindo situação escolar inicial, condições socioeconômicas, motivos da exclusão escolar e situações de trabalho infantil.



Painel de Perfil de crianças e adolescentes cadastrados – abas Crianças e Educação



Foto: Ademir Ribeiro, 2023

## 6. Formação em serviço para Agentes Públicos

O programa de formação para agentes públicos, planejado em parceria com as gestões municipal e estadual, teve como objetivo preparar profissionais para implementar uma política pública permanente, com base na metodologia do Territórios em Rede. As formações sobre a Plataforma Busca Ativa Escolar (BAE), ferramenta desenvolvida pelo Unicef, têm especial relevância neste percurso, já que é um recurso disponível, gratuitamente, que os municípios podem utilizar para registro e monitoramento dos casos de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar após o término do projeto. As formações visam capacitar agentes públicos no uso da ferramenta e promover o diálogo sobre a importância da identificação e do acompanhamento de estudantes que se desvincularam da escola. Além destas, também são realizadas formações e rodas de conversa sobre exclusão escolar, sobre o Direito à Educação, entre outros temas relevantes aos propósitos do projeto.

### As formações realizadas em Cariacica foram:

#### Formações com técnicos da SEME sobre a Plataforma BAE do Unicef

Como o município havia feito a adesão à Plataforma da Busca Ativa Escolar/ Unicef antes do início do Territórios em Rede, a equipe gestora e local contribuiu para efetivar seu funcionamento, tendo oferecido, em março de 2023<sup>12</sup>, formações para os diretores e equipes pedagógicas das Unidades de Ensino municipais, resultando na capacitação de, aproximadamente, 700 servidores.

<sup>12</sup> Nos dias 06, 07 e 08.

### **Formação em campo com os Agentes de Integração Escolar (AIEs), responsáveis pela Busca Ativa nas escolas estaduais**

Nesse tipo de formação, foram realizadas visitas conjuntas entre as articuladoras do projeto e os AIEs para transmitir as técnicas de visita domiciliar e a abordagem das famílias.

### **Formação com os Agentes Comunitários de Saúde sobre exclusão escolar**

Ciclo de encontros, nos quais foram apresentados aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) o conceito de exclusão escolar, suas principais causas e consequências, sua relação com a Saúde e a importância do trabalho intersetorial para prevenir e enfrentar este fenômeno, em dois encontros realizados. Houve também a apresentação de atores da Educação do município e o mapeamento da rede conhecida pelos ACS.

### **Formação com as equipes técnicas dos CRAS sobre exclusão escolar**

Rodas de conversa com as equipes técnicas dos CRAS sobre a exclusão escolar e seus principais motivos e a importância do trabalho intersetorial para preveni-la e enfrentá-la.

### **Formação com jovens atendidos no Centro de Referência das Juventudes (CRJ) sobre o Direito à Educação**

Roda de conversa com os jovens atendidos no CRJ Flexal, sobre o papel da Educação na desconstrução da violência.



Formação com Agentes Comunitários de Saúde – outubro/2025

## Formação em Serviço em números

**Até outubro de 2025<sup>13</sup>**

10 encontros de formação realizados

303 participações

213 participantes únicos



<sup>13</sup> As formações com os técnicos da SEME sobre a plataforma BAE foram registradas à parte e não estão contabilizadas nesses números.

# AS EM ESCOLAS SCA ATIVA

de Educação



Você conhece crianças ou  
adolescentes de Cariacica  
que não estão estudando?

Envie uma mensagem pra gente!

**WhatsApp: (27) 99768-2340**

[www.territoriosemrede.org.br](http://www.territoriosemrede.org.br)

Foto: Acervo do projeto, março 2024

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Institucional:



Edu

# 7. Comunicação Comunitária e Mobilização Social

A estratégia de Comunicação Comunitária e Mobilização Social do projeto teve como objetivo sensibilizar comunidades e atores locais sobre a importância do Direito à Educação e apoiar a Busca Ativa escolar no município. Para isso, foram adotadas ações integradas de mobilização social e divulgação, adaptadas à realidade local. No início do projeto, foram executadas ações previstas no Plano de Comunicação:

- Formação *on-line* e presencial da equipe de campo para o fortalecimento das ações de divulgação, incluindo orientações sobre registros fotográficos, uso das redes sociais e abordagem às famílias.
- Capacitação da equipe de campo, gestora e supervisora, sobre o uso da lista de transmissão, para envio de informações, notícias e avisos sobre a rede de serviços, oportunidades e ações locais, entre outras, relacionadas aos direitos sociais das famílias cadastradas.
- Produção de peças de comunicação específicas para o território (cartazes, faixas, panfletos e *banners*).
- Apoio no mapeamento de parceiros locais.
- Apoio na confecção de materiais de identificação (camisetas e crachás).
- Elaboração de materiais educativos voltados para a conscientização das famílias, sobre o acesso aos seus direitos.

As ações se concentraram no apoio à Busca Ativa e na produção de conteúdo sobre exclusão escolar. Entre as principais iniciativas, destacam-se:

- Atuação dos articuladores locais em diferentes áreas do município, para promover o projeto e mobilizar a comunidade.
- Reuniões com secretarias, gestores e técnicos da rede, para alinhar as estratégias de comunicação e mobilizar a agenda no território, no período de matrículas, campanhas de vacinação, entre outras.
- Distribuição de materiais informativos, como cartazes e panfletos, em escolas, associações de moradores, postos de saúde, praças e outros pontos de grande circulação.
- Mutirões de divulgação, com a participação de toda a equipe, distribuindo materiais, conversando com a população e com apoio de carros de som, para alcançar um público maior.
- Instalação de faixas, *banners* e cartazes com informações de contato em pontos estratégicos da cidade.
- Divulgação digital e comunitária por *WhatsApp*, redes sociais, rádios locais, jornais e parcerias institucionais.
- Cobertura e difusão de eventos e notícias na imprensa municipal.



**“Os mutirões são muito importantes... Em média são 11 cadastros por evento! São 11 vidas que passaram a ter a garantia do Direito à Educação restabelecida. Esta parceria é fundamental para ampliar a garantia de direitos.”**

*- Melina Carminati, coordenadora da Busca Ativa escolar da SEME de Cariacica*

Com a Secretaria Estadual de Educação (SEDU/ES), foram produzidos *flyers*, cartazes e camisetas específicos para ações de Busca Ativa escolar voltadas para o Ensino Médio.

## 7.1 Recursos de acessibilidade comunicacional

Para ampliar o acesso à informação e incluir pessoas com e sem deficiência, foram adotadas as seguintes medidas, entre outras:

- Inclusão de *QR Codes* com legendas sonoras nos materiais impressos, para acesso à audiodescrição do conteúdo.
- Produção de vídeos em linguagem simplificada, sobre os documentos que as famílias devem assinar no cadastramento, exibidos em dispositivos móveis ou acessados via *QR Code*.
- Adequação dos conteúdos para diversos públicos, como imigrantes, pessoas com deficiência visual, baixo letramento, dislexia ou outras condições que dificultam a leitura.



As iniciativas facilitaram a compreensão de termos jurídicos, ampliaram a autonomia das famílias e buscaram assegurar que mais pessoas, como aquelas com deficiência visual, baixo letramento, dislexia, ou que não possuem o Português como primeira língua, estivessem plenamente informadas sobre o projeto e o acesso a direitos.

## 7.2 Redes sociais e Transmissão via *WhatsApp*

O uso de comunidades (grupos) no *WhatsApp* foi um potencializador na disseminação de conteúdos de interesse social e local, ampliando o acesso à informação das famílias atendidas pelo projeto. A comunidade de Cariacica chegou a 123 contatos ativos até setembro de 2025. De acordo com a demanda eram produzidos e compartilhados conteúdos de interesse público, como:

- Campanhas de vacinação, cuidados na prevenção da gripe, eventos e oportunidades locais, vagas de emprego, serviços gratuitos à população, programas sociais, inscrições para o ENEM.

*Disponível em:*

<https://www.youtube.com/playlist?list=PL6WOHe3KQtCew1Molh3XLSetFM43j2n8b>



- Serviços da rede de proteção social e integral de crianças e adolescentes, apresentados em cards no formato “Você sabe o que é?”, com linguagem simples e objetiva para facilitar o entendimento das famílias.

### Vídeo: Principais causas da exclusão escolar no Brasil

<https://youtu.be/IcWezurRmSk?si=q0aPRWuQi8hsVRcL>



- O Territórios em Rede possui páginas no *Instagram*, no *YouTube* e no *Facebook* que reúnem informações sobre a atuação do projeto nos municípios e conteúdos que abordam a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, serviços essenciais e ações comunitárias, com eixo na promoção e no fortalecimento da agenda do Direito à Educação.

<https://www.instagram.com/territoriosemrede/>

<https://www.facebook.com/projetoterritoriosemrede/>

<https://www.youtube.com/@territoriosemrede>



YouTube TR

## 7.3 Campanha de Matrículas Escolares

O período de matrícula e de volta às aulas foi tratado como estratégico, para garantir o retorno e a permanência escolar.

Para tanto, foram produzidas e distribuídas peças digitais nas comunidades do *WhatsApp* e redes sociais do projeto, alinhadas à campanha municipal, com o objetivo de reforçar a importância da matrícula escolar. Para potencializar a campanha, foram realizados mutirões, acompanhados de carros de som, divulgando as datas das matrículas e da volta às aulas.



## 7.4 Comunicação em Ação

### Visita ao Centro de Mídias da Educação

A equipe local e da gestão de comunicação visitaram o Centro de Mídias da Educação de Cariacica, um projeto da Secretaria Municipal de Educação (SEME) com objetivo de alcançar estudantes que não tinham acesso à Educação ou à internet com o surgimento da pandemia do covid-19, através da transmissão de aulas pela TV local. Foi um momento de muita troca de experiências entre as equipes de comunicação do projeto e da Educação do município.



### Comunicação integrada

Em uma ação de comunicação integrada, com divulgação em carro de som, panfletagem e mutirão de Busca Ativa escolar, a equipe de Cariacica realizou uma grande mobilização que percorreu diversos bairros. Além de divulgar o projeto junto à população, os articuladores realizaram cadastros de famílias com crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão.



Acervo do projeto – junho/2023

### Compromisso com a Educação

A equipe de Cariacica também participou de reuniões nos CRAS (Centros de Referência em Assistência Social) com famílias que estão em descumprimento de condicionalidade do Programa Bolsa Família. Durante a conversa, a equipe falou sobre a importância da garantia do Direito à Educação e da frequência escolar, inclusive para o acesso ao benefício.



Acervo do projeto – agosto/2023

### Recursos de acessibilidade

A equipe de Cariacica visitou os equipamentos públicos para disponibilizar o novo material de divulgação do projeto, que recebeu novos recursos de acessibilidade. A iniciativa visa aumentar a possibilidade de acesso às informações, garantindo que mais famílias e profissionais estejam informados sobre as ações e objetivos do projeto.



Acervo do projeto - julho/2024

### Lançamento do Guia

Com a presença de representantes da Fundação Vale, do Territórios em Rede e das secretarias de Saúde e Educação, o Guia de Serviços Sociais de Cariacica foi entregue oficialmente ao município. O objetivo do Guia é informar as famílias sobre como acessar seus direitos a partir de serviços e equipamentos disponíveis, servindo também de referência para consulta de profissionais da rede de proteção social no município. A versão impressa foi entregue às secretarias municipais parceiras para distribuição nos equipamentos públicos que atendem a população.



Acervo do projeto - outubro/2025

As ações de mobilização e comunicação envolveram participação em eventos, campanhas e iniciativas locais, entre elas:

### a) Participação em eventos

#### **Ação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Secretaria Municipal de Habitação (SEM HAB)**

- Com a participação de parceiros da Saúde, Assistência Social e Educação, foi realizada em uma Unidade Básica de Saúde.
- Palestras educativas, atualização do Cadastro Único, Busca Ativa escolar, encaminhamento para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e panfletagem organizada pela equipe de campo do projeto.



Acervo do projeto – abril/2024

### Programa Cariacica + Perto de Você

- Participação em algumas das edições mensais desta ação de cidadania promovida pela Prefeitura. A equipe do projeto participou das edições dos meses de março, junho, outubro e novembro do ano de 2023 e de fevereiro, março, maio e julho do ano de 2024.
- Na tenda da Busca Ativa da Secretaria Municipal de Educação, a equipe apresentou o projeto, distribuiu materiais, identificou e cadastrou crianças e adolescentes em situação de evasão ou infrequência escolar, para acompanhamento posterior.



Acervo do projeto - junho/2023

### Conferência da Assistência Social

- Participação na Conferência Municipal de Assistência Social, que teve como tema "Reconstrução do SUAS - Sistema Único de Assistência Social".



Acervo do projeto - julho/2023

### Parceria com o Centro de Referência das Juventudes

- Participação no evento do Centro de Referência das Juventudes “Sextaflex”, no bairro Flexal II;
- Realização do bate-papo “O Papel da Educação na Desconstrução da Violência”, que abordou o Direito à Educação como forma de combater as diversas violências enfrentadas pelos jovens.
- Parceria com o projeto “Flexal na Voz”, que tem como objetivo produzir um videocast abordando a temática do Direito à Educação.



Acervo do projeto – setembro/2025



Acervo do projeto – setembro/2025



Acervo do projeto – novembro/2025



## b) Cobertura na imprensa local

Reportagem no ESTV 2ª Edição (TV Gazeta, afiliada da TV Globo) em 31 de março de 2023, apresentando o trabalho de Busca Ativa escolar em Cariacica.

Destaque para o caso de um jovem que, após mudança de residência, ficou fora da escola. A equipe localizou a família e articulou sua matrícula.

LINK: <https://globoplay.globo.com/v/11498023/>

## 7.5 Sistematização e produção audiovisual

### 7.5.1 Vídeo Institucional

Com o objetivo de registrar e compartilhar as experiências e os aprendizados do projeto, fortalecendo sua visibilidade, incidência e potencial de replicação, o Territórios em Rede em Cariacica realizou uma produção audiovisual em formato documental. O vídeo apresenta o processo de identificação, inserção e acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar, contando com:

- Versões estendida e resumida;
- Recursos de acessibilidade, como legendas e tradução em Libras;
- Publicação no canal do *YouTube* do projeto.

(<https://www.youtube.com/@territoriosemrede>).



Acesse aqui:



Com narrativa sensível e centrada na perspectiva de crianças, famílias e articuladoras, o material apresenta:

- O percurso das articulações, desde a visita inicial da articuladora (Busca Ativa escolar) até a interação com escolas e serviços da rede;
- Visitas de acompanhamento e relatos de famílias sobre o acompanhamento feito pelo projeto;
- Reuniões com escolas próximas;
- Articulações com secretarias municipais de Educação, Saúde e Assistência Social;
- O trabalho de comunicação comunitária e sua contribuição para a mobilização social.

**O material buscou evidenciar transformações na realidade das famílias, a partir da articulação da rede de proteção social, ressaltando o caráter evidenciado e urgente das ações, e sua importância para garantir direitos em contextos de vulnerabilização social.**

## 7.5.2 Outras produções em vídeo

Para informar as famílias de forma didática e acessível sobre seus direitos, serviços e programas disponíveis, foram produzidos:

- Dez vídeos de animação sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, abordando:
  - Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA;
  - Documentação Básica;
  - Cadastro Único;
  - Conselho Tutelar;
  - CRAS e CREAS.
- Sete vídeos complementares sobre temas como:  
Programa Pé-de-Meia, ENEM, nutrição, gripe, dengue e outros.



YouTube TR

**Todos os vídeos estão disponíveis no canal do *YouTube* e *Instagram* do projeto e foram compartilhados nas comunidades de *WhatsApp* das quais as famílias participavam.**

### 7.5.3 Guia de Serviços do Município

Em parceria com a rede municipal participante do CGI, foi desenvolvido o Guia de Serviços de Cariacica. O material:

- Contém informações sobre serviços básicos e gratuitos do município;
- Serve de referência tanto para orientar famílias quanto para consulta dos profissionais da Rede de Proteção Social.



**O Guia está disponível no site do projeto:**

<https://territoriosemrede.org.br/materiais/guia-de-servicos-cariacica-es/>

# Monitoramento

## usos escolares

agosto/23

Contagem	%	Motivos específicos de exclusão escolar	Contagem	%
47	86,7%	Falta de registro escolar de interesse / desistência	31	66,3%
		Mudança de endereço, idade ou documentação requerida	30	63,8%
		Família em situação de pobreza (falta de renda / recursos)	12	25,5%
28	51,9%	Responsável ou família residente ou diferente à matrícula / escolaridade	8	17,0%
17	31,3%	Falta de vaga em escola próxima	8	17,0%
16	29,6%	Mudança para outro município	8	17,0%
14	25,9%	Indivíduo ou ambiente familiar / mais alunos	4	8,5%
		Responsável dependente de álcool ou drogas	3	6,4%
11	20,4%	Responsável ou família em conflito com escola	2	4,3%
10	18,5%	Distribuição de vagas em instituições para estudantes / monitoração	1	2,1%
		Distribuição de processos de ingresso por meio / exigência de vaga	1	2,1%
		Motivos específicos de matrícula escolar - Não está prevista legislação para famílias com documentação incompleta		
		Exigência documental de alunos de outros municípios de matrícula e não atendimento de vaga na escola / matrícula irregular		



Foto: Ademir Ribeiro, 2023

## 8. Cenários da exclusão escolar: Análise dos casos ilustrativos

Os quatro casos apresentados ao longo desta sistematização oferecem uma fonte concreta para compreender como a exclusão escolar se produz e se perpetua em diferentes momentos do ciclo do Direito à Educação, desde o não acesso inicial até a infrequência crônica, a evasão silenciosa e o abandono motivado por barreiras institucionais. Longe de ser um fenômeno linear ou determinado por uma única causa, a exclusão emerge de uma teia de fatores estruturais, institucionais, familiares e pedagógicos que se combinam e se potencializam.

Um dos padrões centrais identificados é o “efeito cascata”, ou seja, a existência de barreiras aparentemente pequenas (a falta de um documento, uma mudança de bairro, um conflito pontual com a escola) que podem se transformar em rupturas prolongadas quando não há resposta rápida e coordenada. O atraso na identificação e no enfrentamento de situações de risco abre espaço para trajetórias de afastamento gradual que, muitas vezes, só são registradas formalmente quando a perda do vínculo já está consolidada.

Outro ponto crítico é a fragilidade das transições educacionais. Mudanças de rede (estadual para municipal, por exemplo), de escola ou de território, quando não acompanhadas de protocolos objetivos de continuidade, geram exclusão silenciosa (como se viu no caso da criança com deficiência que perdeu o atendimento especializado durante um ano inteiro). Esta lacuna demonstra que a ausência de mecanismos interinstitucionais de comunicação e de responsabilização compromete, especialmente, estudantes em condição de vulnerabilização social.



A burocracia escolar, quando não mediada por políticas protetivas, transforma direitos em barreiras. Exigências documentais e laudos, sem oferta de matrícula provisória ou suporte para tramitação, produzem não acesso imediato (como no caso das crianças vítimas de incêndio) e atrasos prolongados (como no Atendimento Educacional Especializado). Estas barreiras revelam que normas legais não são suficientes quando as práticas escolares permanecem rígidas e desinformadas.

Os fatores externos (pobreza, fragilidade no acesso e permanência à moradia digna, mobilidade territorial, desastres, ausência de benefícios sociais, deficiência sem suporte, maternidade monoparental sem retaguarda) interagem com fatores internos à escola, como acolhimento pouco sensível, comunicação técnica, monitoramento tardio da frequência, ausência de matrícula provisória e protocolos para estudantes em transição, práticas punitivas ou pouco mediadoras. Tal combinação de fatores mostra que a escola sozinha não consegue enfrentar a exclusão escolar, especialmente quando está inserida em contextos de vulnerabilização complexos.

Frente a este cenário, a Busca Ativa escolar e a mediação qualificada caracterizam-se como estratégias indispensáveis. A presença de articuladores no território, visitando domicílios, conversando com famílias e desburocratizando fluxos, reduz o tempo entre a identificação do problema e sua solução, além de impedir rupturas prolongadas e aproximar famílias de serviços que, muitas vezes, são percebidos como distantes ou inacessíveis.



Entretanto, a Busca Ativa só se sustenta quando integrada a uma rede interseccional efetiva. Educação, Assistência Social, Saúde, Conselho Tutelar, Defensoria, órgãos de documentação civil e de transporte precisam operar com fluxos definidos, prazos objetivos e pontos focais de responsabilidade compartilhada. Esta rede deve ser complementada por uma ação comunitária capilarizada (lideranças locais, coletivos, associações e articuladores comunitários) capazes de gerar confiança, identificar casos e apoiar famílias em situações críticas, como desastres, deslocamentos forçados ou crises emocionais.

Por fim, os casos analisados evidenciam que enfrentar a exclusão escolar exige protocolos municipais objetivos, monitoramento contínuo da situação, planos individualizados de acompanhamento para estudantes em risco e ações proativas de acolhimento no ambiente escolar. A escola precisa deixar de ser uma “porta estreita” que seleciona aqueles que conseguem entrar e permanecer, para tornar-se uma porta de entrada aos direitos sociais, um espaço flexível, sensível e comprometido com o Direito de todos à Educação.

Quando a Busca Ativa escolar, a rede interseccional estruturada e a rede comunitária mobilizada atuam de forma coordenada, a exclusão escolar deixa de ser um processo silencioso e naturalizado, e passa a ser identificada precocemente, enfrentada com rapidez e revertida com maior chance de sucesso. Este é o caminho para que crianças e adolescentes tenham seu Direito à Educação garantido, independentemente das adversidades que enfrentam.



Foto: Acervo do projeto: março/2023

# 9. Resultados do projeto em Cariacica

Até junho/2025

## Quadro síntese

- **119 Instituições mapeadas** para colaboração, por meio de indicação e/ou acolhimento de casos.
- **2.813 crianças e adolescentes de 4 a 17 anos identificados** pelo projeto em situação de **risco de evasão** ou **fora da escola**.
- **2.494 crianças e adolescentes inseridos**, sendo:
  - **859 matriculados**: estudantes que estavam fora da escola e obtiveram nova matrícula no município.
  - **1.635 reinseridos**: estudantes em risco de evasão acompanhados pelo projeto que tiveram a situação de frequência escolar regularizada.
- **25.660 ações de acompanhamento realizadas**, com a finalidade de verificar a situação escolar, além de fornecer orientações ou fazer encaminhamentos para instituições públicas ou da sociedade civil. Os acompanhamentos aconteceram por meio de:
  - **12.885 visitas domiciliares**.
  - **20.778 contatos remotos** (ligações telefônicas, mensagens ou outros meios digitais).

\*Os acompanhamentos incluem casos indicados pelas escolas e casos em acompanhamento contínuo pelo projeto.

## Resultados e alcance da Comunicação Comunitária e Mobilização Social

- Ampliação da visibilidade e participação comunitária, com moradores indicando novas famílias;
- Estimativa de mais de dois milhões de visualizações (2.995.400) das peças de comunicação durante o trabalho de campo;
- 42 horas de divulgação em carros de som, percorrendo aproximadamente 1.050 km;
- Uso de folhetos com contatos telefônicos como ferramenta-chave para conexão das famílias com a equipe do projeto.

### ALCANCE DAS PEÇAS DE COMUNICAÇÃO NOV/22 A SET/25

Cariacica	Quantidade	Dias por mês	Pessoas/Dia	Quantidade/ meses	Alcance/ Visualizações
Cartaz A3	700	22	5	34	2.618.000
Flyers	44.700	1	2	34	89.400
Faixa de Rua	40	30	20	12	288.000
Carro de Som	42h	7 dias distribuídos em 3 meses	150 km/dia	7 dias distribuídos em 3 meses	1.050 km
<b>Subtotal</b>	<b>45.440</b>				<b>2.995.400</b>

## Redes Digitais (até setembro/2025):

- 123 famílias participantes da **Comunidade do Whatsapp** de Cariacica;
- 1.576 seguidores, 105.224 visualizações/alcance e 331 publicações no *Instagram*, entre novembro de 2022 e setembro de 2025;
- 442 seguidores, 50.370 visualizações/alcance e 299 publicações no *Facebook*, entre novembro de 2022 e setembro de 2025.



**Hoje nós temos a busca dos alunos considerados como em risco de evasão, e fazemos um acompanhamento de extrema importância, principalmente, quebramos paradigmas ao ir até a família e conscientizar sobre a importância da frequência escolar.**

*- Melina Carminati, coordenadora da Busca Ativa escolar da SEME de Cariacica*



Foto: Ademir Ribeiro, 2023

# 10. Transição e Continuidade

## **Caminhos para a Institucionalização de Política Pública de Prevenção e Enfrentamento da Exclusão Escolar no município**

Um dos objetivos prioritários do Territórios em Rede é apoiar a institucionalização da política municipal de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar nos municípios de atuação do projeto. Em Cariacica, já existia o Setor de Coordenação da Busca Ativa Escolar, da Secretaria Municipal de Educação, e a Gerência de Políticas de Apoio à Permanência e Busca Ativa Escolar (G-ABAE), da Secretaria Estadual de Educação. Trata-se de um município que já tem certa estrutura tanto em nível municipal quanto no nível estadual, voltados para o acesso e a permanência escolar. Portanto, considerando as estruturas já existentes, o projeto buscou potencializá-las.

A consolidação de uma política pública voltada para a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar representa um avanço significativo na garantia do Direito à Educação. Ao ancorar as estratégias em estruturas formais de governança, planejamento e orçamento, ampliam-se as possibilidades de continuidade e efetividade das ações, mesmo diante de mudanças de gestão ou conjunturas políticas adversas.

A transição do projeto, com base na continuidade das ações no município, é iniciada antes do encerramento do trabalho de campo e conduzida por meio de uma estratégia ligada na sustentabilidade operacional e na integração dos casos na rede municipal.

## 10.1 Eixo operacional (sustentabilidade e monitoramento dos dados)

No Eixo operacional, foram realizadas ações de transferência de dados e histórico dos casos para os sistemas permanentes do município, para garantir o monitoramento estruturado:

- **Migração e continuidade na plataforma:** até fevereiro de 2025, a Busca Ativa ocorreu a partir de listas fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação e indicações dos parceiros da rede. Entre março e outubro de 2025, concentrou-se em listas fornecidas pelas Secretarias Municipal e Estadual de Educação de territórios específicos. No período final, houve a migração de todos os casos do âmbito municipal para a plataforma Busca Ativa Escolar (BAE) municipal, transferindo a responsabilidade do gerenciamento ativo para o município. Os casos do âmbito estadual foram devolvidos para a SEDU (ES), por meio de instrumento específico.
- **Capacitação em cadastro e gestão:** foram realizados encontros de orientação com os gestores da Educação, para capacitar as equipes sobre o cadastro de crianças e adolescentes e a gestão dos acompanhamentos na plataforma BAE/Unicef.
- **Monitoramento:** com o setor de Busca Ativa Municipal já ativo em Cariacica, o projeto pôde desenvolver melhorias em seu sistema de cadastros e monitoramento da infrequência e evasão da rede escolar. Além das diversas reuniões que aconteceram ao longo do projeto para o desenvolvimento de melhorias, foi realizado, em novembro de 2025, um encontro formativo com o ponto focal da Secretaria para que ela passasse a operar a planilha, de forma autônoma.
- **Formalização e encaminhamento:** mais de 2.800 casos identificados pelo projeto foram analisados, cadastrados formalmente e encaminhados para a continuidade do acompanhamento pelos equipamentos da rede municipal (escolas, CRAS, CREAS, UBS, entre outros).

## 10.2 Eixo intersetorial (incidência e política)

Com o objetivo de desenhar uma política pública a partir de processos participativos e intersetoriais, o projeto, junto ao município, desenvolveu uma estratégia de implementação que se organiza desde o início da iniciativa e se amplia ao longo do processo, por meio da criação das seguintes instâncias:

### 1. Comitê Gestor Intersectorial:

Formado no início do projeto, é responsável por estabelecer, a partir de uma perspectiva intersectorial e por meio de uma construção coletiva, os fluxos para o desenvolvimento de uma política pública de enfrentamento da exclusão escolar.

### Principais ações na etapa da transição do projeto:

- Subsidiar, por meio de discussões técnicas, a formulação da política pública, garantindo o registro das contribuições dos profissionais das Secretarias e demais instituições envolvidas com o tema.
- Discutir o texto da política pública e apresentá-lo aos atores-chave, para posterior acompanhamento da tramitação de um projeto de lei.

**Integrantes:** Técnicos das Secretarias de Educação, Assistência Social e Saúde, além de representantes do Conselho Tutelar e de outros parceiros locais.

Em Cariacica, destacam-se os alinhamentos realizados com as Secretarias de Saúde e de Assistência Social e com os Conselhos Tutelares. Para a Secretaria de Saúde, foram passados os casos de estudantes que estavam em exclusão escolar por questões de saúde, para o atendimento conjunto às demandas das famílias. Além disso, nas formações realizadas com os ACS buscou-se sensibilizá-los e enfatizar a importância da atuação dos agentes no enfrentamento da exclusão escolar. Com os CRAS e os Conselhos Tutelares, foram realizadas diversas reuniões para estudo de casos ao longo do projeto e, no final da fase do trabalho de campo, os casos foram acompanhados pelas equipes de cada equipamento, de acordo com os territórios.

Em Cariacica, a SEME optou por formalizar o CGI por meio de portaria, que estabelecia os representantes de cada Secretaria e o calendário de reuniões para o ano. Esse instrumento tinha a duração de um ano, precisando, portanto, ser renovado a cada novo ano. Em 2025, não houve a publicação da portaria, e, portanto, não aconteceram as reuniões do grupo, o que dificultou algumas ações de transição que o projeto havia planejado. As articulações continuaram sendo feitas em reuniões bilaterais com as Secretarias Municipais, com a SEDU e com outros órgãos, mas não aconteceram encontros com a participação de todos os envolvidos.

## 2. Grupos Intersetoriais Descentralizados:

A equipe do projeto participou de reuniões descentralizadas coordenadas pelos CRAS de cada território, para pautar a questão da exclusão escolar e articular ações em nível local com os equipamentos públicos. Os grupos reúnem representantes de equipamentos públicos (unidades escolares, de Saúde, Assistência Social e demais organizações de um mesmo território), para discutir assuntos diversos, entre eles, os principais fatores de exclusão escolar, em suas áreas de abrangência. Esta dinâmica possibilita estudos de caso e a elaboração de ações conjuntas mais específicas e territorializadas.

### Principais ações na etapa de transição do projeto:

- Fortalecimento da rede de proteção local em cada território de atuação do projeto, por meio da implementação de fluxos entre escolas, equipamentos e serviços públicos nos bairros;
- Realização de estudos de caso e encaminhamentos conjuntos para os equipamentos e serviços de cada território.

**Integrantes:** Equipes técnicas dos equipamentos públicos, como CRAS, UBS, escolas, Conselheiros Tutelares, etc.

## 10.3 Encontros para formação em serviço de agentes públicos

Como parte da agenda de institucionalização da política, foram realizados encontros formativos direcionados aos técnicos municipais da Secretaria de Educação sobre o uso da plataforma Busca Ativa Escolar (BAE), do Unicef, com o objetivo de contribuir para o uso eficaz dos dados no planejamento de ações, na construção de fluxos intersetoriais e na gestão da política. Por decisão da SEME, a plataforma BAE é usada no município somente pelos profissionais da Educação. Por este motivo, não houve formações sobre a plataforma BAE para profissionais de outras secretarias.

Por conseguinte, realizaram-se encontros formativos com os Agentes Comunitários de Saúde e com as equipes técnicas dos CRAS, visando aprofundar o debate sobre o Direito à Educação e a importância da prevenção e do enfrentamento da exclusão escolar como questões relevantes para toda a rede de proteção social do município, considerando que suas causas e consequências são complexas e multifatoriais, envolvendo todos os setores das políticas públicas. Nesses encontros, também buscou-se fomentar a utilização de fluxos para encaminhamento de casos e atendimentos entre os serviços da rede.

Por fim, realizaram-se rodas de conversa com jovens atendidos pelo Centro de Referência das Juventudes de Flexal. Apesar de ter sido uma experiência de poucos encontros e em um território específico, o objetivo foi ouvir as questões de quem ainda está em idade escolar, ou muito próximo dela, e incentivar a participação juvenil na discussão sobre o Direito à Educação, espalhando para outros jovens com os quais se relacionam.

## 10.4 Legados do Territórios em Rede e recomendações

Ao longo de mais de três anos de atuação em Cariacica, o projeto Territórios em Rede consolidou-se como uma iniciativa estratégica para a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar, introduzindo metodologias baseadas em evidências, protocolos intersetoriais e uma abordagem proativa no atendimento às famílias.

Sistematicamente, foram apresentados à Secretaria Municipal de Educação os motivos da exclusão escolar identificados, organizados por escola, bairro, etapa de ensino e perfil socioeconômico de crianças, adolescentes e suas famílias. Essas informações contribuíram para o planejamento das redes, sua autoavaliação e a reformulação de projetos político-pedagógicos voltados para o acolhimento de estudantes em situação de vulnerabilização. Tal prática reforçou o papel do projeto como fonte de subsídios técnicos e estratégicos para a formulação de políticas públicas.

A atuação integrada com escolas, CRAS, Conselhos Tutelares, UBS, e demais serviços da rede de proteção social ampliou a capacidade resolutiva do Sistema de Garantia de Direitos, evitando duplicidade de esforços e fortalecendo os fluxos de atendimento. Em vez de aguardar que as famílias buscassem, espontaneamente, os serviços, as articuladoras realizaram visitas ativas e apresentaram cada caso detalhado aos órgãos competentes, acelerando soluções e garantindo respostas mais efetivas.

O trabalho intersetorial possibilitou uma abordagem multidimensional, integrando diferentes setores e programas para otimizar recursos, eliminar redundâncias e alinhar objetivos. Essa cooperação resultou em metas compartilhadas e na atuação mais eficiente sobre as causas e consequências da exclusão escolar.

Desde a sua implementação, o projeto manteve, como compromisso central, oferecer subsídios para fortalecer as políticas públicas. Ainda que possa ter enfrentado alguns desafios iniciais, como entraves decorrentes da resistência institucional interna de alguns agentes públicos à adoção de novas práticas e do trabalho articulado, encontrou abertura e estímulo para a consolidação de uma cultura intersetorial, a fim de garantir a sustentabilidade das ações após o encerramento do projeto.



Neste sentido, tendo como atuação intencional a produção de conhecimento e de tecnologias sociais que pudessem fortalecer a rede municipal, o Territórios em Rede sistematizou suas metodologias e protocolos, deixando um acervo de ferramentas e experiências replicáveis, para servir como base de evidências para o município e outros territórios. Esta abordagem prática visa fortalecer políticas públicas locais, voltadas para a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar, tornando-as mais robustas, sustentáveis e eficientes.

É importante destacar que a institucionalização de uma política pública exige mais do que a articulação entre as secretarias municipais de Educação, Saúde, Assistência Social e o Conselho Tutelar. Ela demanda, sobretudo, uma compreensão ampliada das causas da exclusão escolar e de como elas se conectam às desigualdades estruturais vivenciadas pelas populações atendidas. Por isso, os processos formativos e de assessoria foram pautados por uma visão integral da Educação, promovendo o reconhecimento e a valorização das diversidades étnico-raciais, territoriais, socio-culturais, de gênero, sexualidade e deficiência como dimensões fundamentais para a construção de políticas públicas equitativas e inclusivas.

Neste contexto, o projeto Territórios em Rede atua como catalisador e articulador de esforços locais, apoiando os municípios na criação de estruturas duradouras e ajustadas às suas realidades. O processo de institucionalização é, acima de tudo, um caminho que exige diálogo intersetorial, pactuação política e técnica, além do fortalecimento das capacidades institucionais.

Ao fomentar a integração entre diferentes áreas da gestão pública e engajar atores estratégicos – gestores, equipes técnicas, legisladores e lideranças comunitárias – o projeto busca garantir que a política de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar seja reconhecida, implementada e sustentada como uma prioridade pública, transversal e contínua.

A execução do projeto com a rede municipal buscou transformar a experiência de campo em evidências concretas, fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos e estimulando a inovação nas políticas públicas locais. Ao encerrar sua atuação direta, o projeto Territórios em Rede deixa como legado um acervo de ferramentas, fluxos e metodologias replicáveis com base em evidências, capazes de inspirar outros territórios na construção de respostas integradas para o combate à exclusão escolar.

## Recomendações ao município:

1. Institucionalizar, por meio de marco legal, a política intersetorial de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar.
2. Assegurar equipes fixas e qualificadas para os comitês e grupos de trabalho.
3. Integrar sistemas de dados para monitoramento contínuo e gestão de casos.
4. Destinar recursos próprios para ações de Busca Ativa e acompanhamento familiar.
5. Ampliar canais permanentes de diálogo com lideranças e organizações comunitárias.





Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiros Institucionais:

